

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**  
**BRASÍLIA/DF, 29 E 30 DE NOVEMBRO DE 2005**  
**ATA DA XIV REUNIÃO DO CONSEA**

Às nove horas do dia 29 de novembro do ano de 2005, no Salão Leste do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília/DF, por convocação do Senhor Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a XIV Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, constituído através da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu artigo 1º., Parágrafo 1º. Inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004. **Presentes no dia 29/11/2005: registrou-se a presença de membros representantes da sociedade civil:** Alberto Ercílio Broch, Altemir Tortelli, Ana Lúcia Pereira, Ana Maria Salles Placidino, Ariovaldo Ramos dos Santos, Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite, Cleisa Brasil da Cunha Cartaxo, Delzi Maria de Araújo Castro, Dulce Terezinha Oliveira Cunha, Edmar Guariento Gadelha, Élido Bonomo, Francisco Menezes, José Ribamar Araújo e Silva, Ronaldo José Sena Camargos, Malaquias Batista Filho, Marcos César Simarelli Winter, Maria Emília Pacheco, Moisés Machado, Naidison de Quintella Baptista, Padre Matias Martinho Lenz, Pastor Rolf Schünemann, Pastor Werner Fuchs, Regina da Silva Miranda, Renato S. Maluf, Sônia Lúcia Lucena Souza de Andrade, Suely Nazaré de Oliveira Linhares, Ubiraci Dantas de Oliveira, Zilda Arns. **Suplência da Sociedade Civil:** Adriano dos Santos Martins, Aldenora Pereira da Silva, Christiane Gasparini Araújo Costa, Estanislau da Silva Salles, José de Arimatéia Rodrigues, Jurandyr Azevedo Araújo, Maria Gorett Nogueira da Silva, Meiry Andréa Borges David, Pedro Makumbundu Kitoko, Pedro Simão Filho, Sillas Vieira. **Registrou-se a presença dos membros representantes do Governo Federal:** Patrus Ananias, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Registrou-se a presença dos representantes dos Ministros no CONSEA:** Padre Roque Grazziotin - Ministério da Educação; Maria Flor de Lis Sousa Lopes – Ministério do trabalho e Emprego; Pedro Sérgio Beskow - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Márcia Lopes - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Taís Porto - Ministério da Saúde; Herlon Almeida - Ministério do Desenvolvimento Agrário; Adriana Rodrigues da Costa Santos - Assessoria Especial da PR; Leinard Ayer e Altemir Gregolin - Secretária Especial de Aquicultura e Pesca; Gilson Alceu Bittencourt – Ministério da Fazenda; Célio Celso C. Júnior – Assessor Especial da Secretaria Geral; José Geraldo França Diniz – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Roberto Vizentin – Ministério do Meio Ambiente; Fernando José da Costa – Ministério do Turismo. **Registrou-se a presença dos membros observadores:** Selvino Heck - Assessoria Especial da PR; Lana Magaly Pires – MCT; José Tubino – Frente Nacional de Prefeitos; Flávio Luiz Schieck Valente – Relatoria do Direito Humano à Alimentação. **Registrou-se a presença dos seguintes**

39 **convidados e assessores:** Adriana Aranha – MDS; Adriana Rodrigues da Costa Santos – AE-PR;  
40 Aloísio Melo – CONSEA; Ana Flávia Rocha M. Souza – ABRANDH; Ana Gusmão – Talher Nacional;  
41 Analu Fernandes; Carmem Priscila Bacchi; Clenivalda F. Santos; Fernanda Lopes; Janir Guedes,  
42 Juliana Amorim Ubarana – MCT, Laura Fernandes – ASCOM/CONSEA; Leandra Borges Antonielli,  
43 Lécio de Lima da Costa, Leonor Pacheco, Lorena Gonçalves Chaves – FNDE; Lucélia Luiz Pereira,  
44 Marco Aurélio Loureiro, Maria Clara da Silva, Maria Eleni Coroaia, Nilson Figueiredo Filho, Onaur  
45 Ruano, Roseane Viana, Rosângela Rondon Rossi – MDS; Paulo Mary Acácio dos Santos; Renata  
46 Leite – MDA; Silvio Porto – CONAB, Vânia Lúcia Ferreira; Mirian Caetana de Souza Ferreira –  
47 Fundação Cultural Palmares. **Presentes no dia 30/11/2005: registrou-se a presença de**  
48 **membros representantes da sociedade civil:** Alberto Ercílio Broch, Altemir Tortelli, Ana Lúcia  
49 Pereira, Ana Maria Salles Placidiano, Ariovaldo Ramos dos Santos, Carlos Eduardo Oliveira de  
50 Souza Leite, Cleisa Brasil da Cunha Cartaxo, Delzi Maria de Araújo Castro, Dulce Terezinha Oliveira  
51 Cunha, Edmar Guariento Gadelha, Elido Bonomo, Francisco Menezes, José Ribamar Araújo e Silva,  
52 Ronaldo José Sena Camargos, Malaquias Batista Filho, Marcos César Simarelli Winter, Maria Emília  
53 Pacheco, Moises Machado, Naidison de Quintella Baptista, Padre Matias Martinho Lenz, Pastor Rolf  
54 Schünemann, Pastor Werner Fuchs, Regina da Silva Miranda, Renato S. Maluf, Sônia Lúcia Lucena  
55 Souza de Andrade, Suely Nazaré de Oliveira Linhares, Ubiraci Dantas de Oliveira, Zilda Arns.  
56 **Suplência da Sociedade Civil:** Adriano dos Santos Martins, Aldenora Pereira da Silva, Christiane  
57 Gasparini Araújo Costa, Estanislau da Silva Salles, José de Arimatéia Rodrigues, Jurandyr Azevedo  
58 Araújo, Maria Gorett Nogueira da Silva, Meiry Andréa Borges David, Pedro Makumbundu Kitoko,  
59 Pedro Simão Filho, Sillas Vieira. **Registrou-se a presença dos membros representantes do**  
60 **Governo Federal:** Patrus Ananias, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à  
61 Fome. **Registrou-se a presença dos representantes dos Ministros no CONSEA:** Padre  
62 Roque Grazziotin - Ministério da Educação; Maria Flor de Lis Sousa Lopes – Ministério do trabalho  
63 e Emprego; Pedro Sérgio Beskow - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Márcia  
64 Lopes - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Tais Porto - Ministério da Saúde;  
65 Herlon Almeida - Ministério do Desenvolvimento Agrário; Adriana Rodrigues da Costa Santos -  
66 Assessor Especial da PR, Leinard Ayer/Altemir Gregolin - Secretária Especial de Aqüicultura e  
67 Pesca; Gilson Alceu Bittencourt – Ministério da Fazenda; Célio Celso C. Júnior – Assessor Especial  
68 da Secretaria Geral; José Geraldo França Diniz – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;  
69 Roberto Vizentin – Ministério do Meio Ambiente; Fernando José da Costa – Ministério do Turismo.  
70 **Registrou-se a presença dos membros observadores:** Selvino Heck - Assessoria Especial da  
71 PR; José Tubino – Frente Nacional de Prefeitos; Flávio Luiz Schieck Valente – Relatoria do Direito  
72 Humano à Alimentação. **Registrou-se a presença dos seguintes convidados e assessores:**  
73 Adriana Aranha - MDS, Adriana Rodrigues da Costa Santos – AE-PR, Aloísio Melo – CONSEA, Ana  
74 Flávia Rocha M. Souza – ABRANDH; Ana Gusmão – Talher Nacional, Analu Fernandes, Carmem

75 Priscila Bacchi, Clenivalda F. Santos, Fernanda Lopes, Janir Guedes, Juliana Amorim Ubarana, Lana  
76 Magaly Pires – MCT, Laura Fernandes – ASCOM/CONSEA, Leandra Borges Antonielli, Lécio de Lima  
77 da Costa, Leonor Pacheco, Lorena Gonçalves Chaves – FNDE, Lucélia Luiz Pereira, Marco Aurélio  
78 Loureiro, Maria Clara da Silva, Maria Eleni Coroaia, Mirian Caetana de Souza Ferreira, Nilson  
79 Figueiredo Filho, Onaur Ruano, Paulo Mary Acácio dos Santos, Renata Leite, Rosangela Rondon  
80 Rossi, Roseane Viana – MDS, Silvio Porto – CONAB, Vânia Lúcia Ferreira. **PAUTA: DIA**  
81 **29/11/2005 - PERÍODO DA MANHÃ:** 1. Aprovação da ata da XII Reunião e da pauta; 2.  
82 Informes; 3. Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras, incluindo (i)  
83 Pronunciamento da Comissão Permanente 2, (ii) Regularização fundiária das terras quilombolas e  
84 ações produtivas – MDA, (iii) Saúde da população negra – DFID, (iv) Pronunciamento de  
85 lideranças (Conselho Nacional de Comunidades Quilombolas – CONAQ e Comunidades Religiosas  
86 de Matriz Africana), (v) Pronunciamento da Ministra de Estado Matilde Ribeiro – SEPPIR e (vi)  
87 Debate e encaminhamentos. **DIA 29/11/2005 - PERÍODO DA TARDE:** 4. Avaliação do  
88 CONSEA em 2005; 5. Planejamento 2006. **DIA 30/11/2005 - PERÍODO DA MANHÃ:** 6.  
89 Política Nacional de Abastecimento – Apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho;  
90 Pronunciamento dos representantes do MDA, MDS e CONAB; Debate e Encaminhamentos. 7.  
91 Encaminhamento das Instâncias – Balanço do GT Alimentação Adequada e Saudável; Constituição  
92 do GT Sistema de Monitoramento; outros. 9. Encerramento. Inicialmente o presidente do Consea,  
93 Francisco Menezes, saudou a todos(as) os(as) presentes à XIV Reunião do CONSEA. O Presidente  
94 do CONSEA deu início à reunião às 10:15, convidando o Ministro Patrus Ananias, Secretário do  
95 Conselho, para compor a mesa, informando também que estavam esperando a presença da  
96 Ministra Matilde Ribeiro. Com relação à Ata da Plenária anterior, o Presidente do CONSEA informou  
97 da dificuldade da Secretaria para concluir a revisão, de forma que a Ata seria enviada  
98 posteriormente aos Conselheiros. O Presidente do CONSEA apresentou a proposta de Pauta, que  
99 foi aprovada pelos Conselheiros, passando a palavra ao Ministro Patrus Ananias, Ministério do  
100 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que cumprimentou a todos(as), confirmou a presença  
101 do Presidente Lula na Reunião e destacou a importância dos assuntos a serem tratados, com  
102 destaque para o balanço do CONSEA e a proposta de política de abastecimento. O Presidente do  
103 CONSEA, Francisco Menezes, retomou a palavra, saudando os convidados para o ponto de pauta  
104 relativo à Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras, que passaram a integrar a  
105 mesa, iniciando pela Coordenadora Estadual do Terreiro Guerebetá, Maria Clara da Silva; Paulo  
106 Mary, da Coordenação Nacional dos Quilombolas – CONAQ; Fernanda Lopes, do DFID; Heliana  
107 Kátia, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, do MDS; Renata Leite, do Ministério  
108 do Desenvolvimento Agrário. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra para a  
109 Conselheira Regina da Silva, que fez o pronunciamento em nome da Comissão Permanente 2 -  
110 Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras. A Conselheira Regina Miranda

111 cumprimentou a todos(as) e relatou os aspectos da insegurança alimentar do mundo,  
112 caracterizando a fome no mundo como feminina, negra e, mais grave, entre as crianças e no meio  
113 rural, onde estão muitos negros(as) do país. Ressaltou que a produção de grãos mundial é três  
114 vezes maior que a necessidade da população e que 30% ainda passa fome, desde a fome mais  
115 severa até as carências de micro nutrientes e, ainda, que 40% da produção vai para o lixo. Nesse  
116 momento, retomou a palavra o Ministro do MDS, dizendo que o Exmo. Sr. Presidente da República  
117 estava chegando ao recinto. Enquanto o Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou assento à  
118 mesa, o Ministro Patrus Ananias ressaltou a importância da questão da segurança alimentar nas  
119 áreas dos quilombolas, informando ainda que, naquele momento, seria iniciada a avaliação dos  
120 trabalhos do CONSEA no ano de 2005. O Presidente Francisco Menezes retomou a palavra e  
121 chamou a coordenadora da Câmara Temática 1 - Produção e Abastecimento, Maria Emília  
122 Pacheco, que apresentou a avaliação feita por essa instância, com o seguinte teor: "*Exmo. Sr.*  
123 *Presidente da República, estamos cientes da significativa responsabilidade democrática e cidadã de que se*  
124 *reveste o CONSEA como órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República. Com várias*  
125 *atribuições, destaca-se entre elas, a de propor diretrizes e prioridades para a construção da Política*  
126 *Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo requisitos orçamentários para sua execução, em*  
127 *conformidade com as deliberações da Conferência Nacional de SAN. Ao encerrar o ano, no entanto, como*  
128 *conselheiros e conselheiras da Câmara Temática 1 sobre Produção e Abastecimento, queremos manifestar a*  
129 *nossa insatisfação pela insuficiência de um canal de diálogo com V.Excia. Algumas vezes, sequer obtivemos*  
130 *respostas às propostas de resoluções debatidas nas instâncias do CONSEA e aprovadas em plenária. Em*  
131 *consonância com as deliberações da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o*  
132 *CONSEA, manifestou-se contra a liberação dos transgênicos. Infelizmente o governo optou por negar o*  
133 *princípio da precaução. Prosseguindo sua missão, neste ano, (através da recomendação 003, datada de 6*  
134 *de julho), o CONSEA assumiu a defesa de uma Lei de Biossegurança que defina os parâmetros de uma*  
135 *verdadeira política de biossegurança com amplo debate público, que contemple procedimentos e*  
136 *mecanismos democráticos e de transparência de funcionamento da CTNBio. Não obtivemos resposta.*  
137 *Continuamos preocupados e indignados com os níveis alarmantes de pobreza, de insegurança alimentar e*  
138 *insustentabilidade ambiental no país e, juntamo-nos às vozes críticas da sociedade em relação aos rumos da*  
139 *política econômica por entender que eles aprofundam este quadro. Os sinais de impacto desta política se*  
140 *fazem sentir em programas estratégicos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este programa*  
141 *inovador, nascido no governo de V.Excia., precisa ter um tratamento prioritário como um dos principais*  
142 *pilares de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional. Em sua concepção original, propõe-se uma*  
143 *ação integrada de política agrícola e política de segurança alimentar, com a garantia de comercialização da*  
144 *produção familiar, incluindo produtos do extrativismo, e provisão de segurança alimentar às populações em*  
145 *situações de risco. As restrições de recursos orçamentárias têm acompanhado a execução do programa,*  
146 *colocando em risco algumas de suas modalidades. Há propostas de projeto de Lei no Congresso de autoria*  
147 *de médios e grandes produtores que trazem o risco de descaracterizar esse programa e representam mais*  
148 *um risco de exclusão dos segmentos da produção familiar desassistidos das políticas públicas. Esta plenária*  
149 *vai debater amanhã as Recomendações para uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar, baseadas*

150 *nos princípios do direito humano à alimentação e soberania alimentar. Sua implementação irá requerer o*  
151 *enfrentamento dessas restrições orçamentárias e a recuperação do papel do Estado com sua função*  
152 *reguladora." O Presidente do CONSEA retomou a palavra, saudou o Presidente Lula, o Ministro*  
153 *Patrus Ananias, a Ministra Matilde Ribeiro, todos(as) os Conselheiros(as) e demais presentes e*  
154 *ressaltou a importância da presença do Presidente da República na última Plenária, onde se faria*  
155 *um balanço de 2005 e um planejamento para 2006, destacando a importância do papel do*  
156 *Governo e das representações da sociedade civil dentro dos conselhos, dentro de um aprendizado*  
157 *contínuo, importante no exercício da democracia, pelo qual o Governo se obrigava ao debate e à*  
158 *prática da intersetorialidade, ao passo que a sociedade se obrigava a avançar de uma posição de*  
159 *mera reivindicação para uma de construção de propostas factíveis. Destacou a importância do*  
160 *papel dos Conselhos e das Conferências no papel da construção dessa nova democracia. O Senhor*  
161 *Francisco Menezes relatou a proposta de criação de uma nova lei da alimentação escolar, em*  
162 *parceria com o Ministério da Educação, a proposta de uma política de abastecimento e de uma*  
163 *política de promoção da alimentação saudável, que serão apresentadas em breve pelo CONSEA.*  
164 *Ressaltou a necessidade de fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, um Programa*  
165 *que surgiu com o Fome Zero e que traz enormes possibilidades, seja para a agricultura familiar,*  
166 *seja para as populações mais vulneráveis. Relatou também a criação de um Grupo Interministerial*  
167 *para enfrentar a situação preocupante de Santo Amaro da Purificação, na Bahia, em função da*  
168 *contaminação da população local por chumbo, em função de resíduos deixados por uma indústria.*  
169 *O Presidente do CONSEA destacou também, como realizações do Conselho em 2005, a elaboração*  
170 *e encaminhamento do Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, enviada ao*  
171 *Congresso Nacional como prioridade do Governo e, em segundo lugar, a elaboração de uma*  
172 *proposta para o Orçamento Geral da União de 2006 com foco na Segurança Alimentar e*  
173 *Nutricional. Sobre esta proposta, o Senhor Francisco Menezes manifestou sua frustração em*  
174 *relação ao fato de não terem sido viabilizadas parte das demandas, como a criação de um*  
175 *incentivo aos municípios para implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional –*  
176 *SISVAN, que informaria sobre as condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família; e a*  
177 *continuação da recuperação do valor *per capita* da Alimentação Escolar, Programa que atinge 37*  
178 *(trinta e sete) milhões de alunos. Continuando na sua exposição, o Presidente do CONSEA falou da*  
179 *importância da continuidade e expansão dos programas, ressaltando que o CONSEA continuará*  
180 *demandando os recursos necessários para o combate à pobreza e a promoção da Segurança*  
181 *Alimentar e Nutricional. O Presidente do CONSEA concluiu agradecendo aos Ministros, Secretários*  
182 *e técnicos que se tornaram amigos e entenderam da importância do Conselho, agradecendo*  
183 *também ao Ministro Patrus Ananias e ao Presidente Lula. Em seguida, pronunciou-se o Ministro*  
184 *Patrus Ananias, que saudou a todos(as) e relatou os desafios e a herança da dívida social de 500*  
185 *(quinhentos) anos, agravada pelas dificuldades econômicas vividas no início do Governo do*  
186 *Presidente Lula. O Ministro lembrou das conquistas do Governo, como a construção do Ministério*

187 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que operou em 2005 com orçamento de dezessete  
188 bilhões de reais, devendo contar, em 2006, com um orçamento superior a 21 (vinte e um) bilhões  
189 de reais, sem computar os recursos do PRONAF, da Reforma Agrária, da Educação, da Saúde e do  
190 Ministério do Trabalho, destinados às famílias e às comunidades pobres, o que evidenciava que a  
191 questão social estava no núcleo do Governo Lula. Enfatizou como grandes conquistas a existência  
192 de um Ministério voltado para os pobres e o Fome Zero como estratégia de unificação de políticas  
193 sociais e de ações intersetoriais, constituindo uma rede de proteção e promoção social no Brasil,  
194 reconhecida pelos organismos internacionais e comprovadas em estudos pela Fundação Getúlio  
195 Vargas. O Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome relatou a expansão dos recursos  
196 de financiamento do Pronaf, que era de dois bilhões e duzentos mil reais na Safra de 2002/2003 e  
197 foi quadruplicado na Safra 2005/2006. Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o  
198 Ministro considerou que este tinha presença em todo o Brasil, porém com recursos escassos diante  
199 das grandes necessidades, tendo em vista a dívida social acumulada, que está sendo revertida  
200 através do Programa do Leite e das demais modalidades do Programa. Relatou ainda outros  
201 Programas, como a parceria com o Ministério da Integração Nacional para ampliação do Programa  
202 das Cisternas ainda em 2005 e atingindo duzentas mil cisternas em 2006; os editais públicos para  
203 a implantação de uma rede de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de  
204 alimentos; o aumento de 40% do repasse para a alimentação escolar; a retomada e ampliação dos  
205 CONSADs; a expansão do Bolsa Família; e a ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho  
206 Infantil - PETI, entre outros. O Ministro Patrus Ananias concluiu seu pronunciamento afirmando a  
207 prioridade para os pobres neste Governo e destacando matéria publicada nos jornais que afirmou  
208 que “a meta número um do milênio está sendo cumprida no Brasil”. Em seguida, o Exmo. Sr.  
209 Presidente da República apresentou o seguinte pronunciamento: *“Primeiro, eu queria cumprimentar  
210 os companheiros e companheiras do Consea, que têm se dedicado esse tempo todo, não apenas em avaliar,  
211 mas em tentar construir propostas para que tenhamos, no Brasil, definitivamente, uma política de segurança  
212 alimentar com muita sustentabilidade e que seja uma coisa definitiva. Quero também dizer a vocês que não  
213 é qualquer país do mundo que consegue produzir um conjunto de pessoas movidas apenas pela sua  
214 ideologia, pelos seus compromissos, que se dispõem a dedicar tanto tempo do seu ano para que a gente  
215 possa fazer as coisas serem discutidas como devem ser. E, certamente, o governo deve ter mais para fazer  
216 do que já fez. Afinal de contas, nós ainda nem completamos 36 meses de governo e muita gente gostaria  
217 que nós já fizéssemos coisas como se nós tivéssemos há 36 anos no governo. São apenas 36 meses. Uma  
218 vez eu vinha viajando com a ministra Nilcéa, do Rio de Janeiro para cá. Já faz tempo, logo no começo do  
219 governo. E tinha dado uma enchente não sei em que cidade, acho que no próprio Rio de Janeiro, e eu tinha  
220 visto muitas manifestações culpando o prefeito, culpando a governadora do estado. Quando se trata de  
221 enchente, não culpam o governo federal, só os entes federativos abaixo às vezes culpam. Eu dizia para a  
222 Nilcéa, é estranho porque eu vi um dos furacões que teve nos Estados Unidos, foram entrevistar um  
223 cidadão, a casa dele estava caída, ele, na frente da casa caída, e foram perguntar para ele: “quem é o  
224 culpado?” Ele falou: “olha, eu acho que Deus e a mãe natureza devem estar com algum problema conosco,*

225 *porque eu não posso culpar o governo, não posso culpar o prefeito municipal, porque o furacão foi de*  
226 *tamanho violência que, se até ele estivesse aqui na frente, seriam levados juntos". Então, eu acho que*  
227 *alguma coisa está acontecendo no planeta, porque está acontecendo muita coisa que a gente não consegue*  
228 *controlar. E eu digo que Freud sempre dizia: "as intempéries do ser humano, por mais que se prepare,*  
229 *quando tem uma reviravolta, ninguém consegue controlar". E muitas vezes nós ficamos nervosos e*  
230 *culpamos alguém. E me lembro que a Nilcéa falou assim para mim: "Lula, você não reclame, porque você*  
231 *tem muita responsabilidade nesse negócio da gente culpar o que está mais próximo. Isso é uma cultura*  
232 *política que veio do movimento sindical, da igreja, do movimento social, ou seja, a gente está sempre*  
233 *descarregando em cima de quem está mais próximo, a culpa por aquilo que aconteceu. Então, se tem*  
234 *alguém no Brasil que não pode reclamar, é você." A partir daí eu me conformei, eu comecei a lembrar dos*  
235 *discursos que fiz a vida inteira por este país. Eu falei: bom, eu não posso reclamar quando as pessoas*  
236 *fizerem qualquer culpa, porque em algum momento eu e outros já tínhamos dito isso. Mas eu penso que*  
237 *aqui, no Consea, cada um de vocês, preparados do jeito que foram para essa tarefa, que vocês livremente*  
238 *se puseram a participar, nós precisamos ser irradiadores de insatisfações para que o governo possa*  
239 *aprimorar as suas políticas, mas também irradiadores das coisas boas que vocês mesmos fizeram com que*  
240 *nós acertássemos. E eu penso que muitas vezes nós trabalhamos com uma quantidade de desinformação de*  
241 *tal ordem que nós muitas vezes esquecemos das conquistas que nós já tivemos. Possivelmente porque não*  
242 *seja publicado de forma correta, possivelmente porque a gente não saiba informar corretamente. Mas*  
243 *alguma coisa nós precisaríamos saber, ou está faltando entre nós uma interatividade que possa permitir que*  
244 *a gente saiba das coisas como elas são. Eu quero começar com o texto e vocês, quem sabe, se estivessem*  
245 *num país, viajando pelo mundo, e chegassem num país, pegassem o jornal e lessem na primeira página a*  
246 *seguinte matéria: a concentração de renda naquele país que vocês estavam visitando, caiu em 2004 e*  
247 *atingiu o melhor resultado desde 1981. Houve uma forte redução da desigualdade porque a renda dos mais*  
248 *pobres cresceu. É o que mostra o instituto de pesquisa que revelou que este país melhorou também em*  
249 *itens como o número de trabalhadores ocupados, participação das mulheres no mercado de trabalho,*  
250 *indicadores da área de educação e melhoria da condição de vida. Um estudo de uma grande universidade*  
251 *deste país imaginário que eu estou falando, divulgado no dia 28, confirmou que a miséria nesse país*  
252 *imaginário caiu em 2004 e atingiu o nível mais baixo desde 1992. o número de pessoas que estão abaixo da*  
253 *linha da pobreza passou de 27,26% da população em 2003, para 25,08% em 2004. Em 1992 esse*  
254 *percentual era de 35,87%, considerado abaixo da linha da pobreza, que vocês já sabem. Segundo o estudo,*  
255 *essa queda substantiva da pobreza foi movida por crescimento, em particular por distribuição de renda em*  
256 *2004. O resultado deste fato se deve, principalmente, ao fato de que a participação na renda pelos 50%*  
257 *mais pobres, cresceu 3,2% entre 2002 e 2004, passando de 14,4 para 15,2 da renda total. Ao mesmo*  
258 *tempo em que os 5% mais ricos da população tiveram uma redução de 1,6%, passando de 33,8 para*  
259 *32,5%. Ainda nesse país imaginário, vocês iriam ler na primeira página do jornal: o rendimento médio*  
260 *manteve-se estável, a desigualdade de renda do trabalho reduziu com índice de Gini passando de 0,56 para*  
261 *0,54. Aumentou o número de trabalhadores em 3,8 milhões, atingindo o maior nível de ocupação desde*  
262 *1996. O nível de ocupação das mulheres foi o mais alto desde 1992; quase 2,5 milhões de trabalhadores*  
263 *com carteira assinada, aumentando a contribuição da previdência social; a taxa de desocupação caiu de 9,2*  
264 *para 9,0; houve queda em todas as regiões do país; acréscimo de 1 milhão de novos estudantes nas*

265 *escolas, a taxa de analfabetismo caiu e melhora as condições de vida das pessoas. Esse país imaginário que*  
266 *nós estamos vivendo é o Brasil, e é o Brasil que vocês ajudaram a construir, é o Brasil em que vocês*  
267 *ajudaram a produzir parte das políticas públicas que estão sendo implementadas agora e que, muitas vezes,*  
268 *nós por não termos informações, não falamos as coisas que nós mesmos ajudamos a fazer. Qual é o milagre*  
269 *do Pronaf para a agricultura familiar neste país? O milagre do Pronaf não é apenas ter aumentado a quantia*  
270 *em dinheiro liberado, de 2,4 bilhões em 2003 para 6,2 bilhões em 2005, não é apenas isso. É que não*  
271 *apenas aumentamos em 4 bilhões o dinheiro do Pronaf na safra de 2004/2005, como pela primeira vez*  
272 *nacionalizamos o Pronaf. Eu vou dar um número para vocês aqui, porque muitas vezes nós nos esquecemos*  
273 *de falar. Na safra 2002/2003, a safra começa em junho e termina em julho, portanto, na safra 2002/2003,*  
274 *nós entramos em junho, entramos em janeiro de 2003 já estava pronto o dinheiro da safra. Com isso, no Sul*  
275 *do país, tinha 435 mil contratos, na safra do ano passado que, terminou em julho deste ano, nós fomos para*  
276 *678 mil contratos. Na região Sudeste, nós tínhamos 118 mil contratos, depois nós fomos para 236 mil*  
277 *contratos. No Centro-Oeste, que é a parte onde o Pronaf, ou pelo menos as pessoas precisam menos do*  
278 *Pronaf, porque tem mais concentração de terra, nós saímos de 30 mil para 57 mil na safra 2004/2005. No*  
279 *Nordeste, nós saímos de 285 mil para 568 mil contratos. No Norte, nós saímos de 35 mil para 98 mil*  
280 *contratos, ou seja, nós saímos de 904 mil contratos para 1 milhão 639 mil contratos. E queremos chegar na*  
281 *safra 2005/2006 com 9 bilhões, a 2 milhões de contratos. Mas se a gente for analisar a quantidade em*  
282 *dinheiro, é que a gente vai se dar conta de que houve uma evolução. Eu vou pegar sempre a safra*  
283 *2002/2003, que foi quando nós entramos aqui. No Sul do país, foi contratado, na safra 2002/2003, 1 bilhão,*  
284 *206 milhões de reais. Na safra do ano passado, que terminou em julho agora, foram contratados 2 bilhões,*  
285 *887 milhões, um aumento de 145%. Na região Sudeste, nós tínhamos liberado, na safra 2002/2003, 390*  
286 *milhões de reais. Na safra 2004/2005, nós liberamos 1 bilhão e 47 milhões, com um acréscimo de 179%. Na*  
287 *região Centro-Oeste, nós tivemos de 187 milhões, 2002/2003, para 381 milhões, um aumento de 82%. No*  
288 *Nordeste, nós saímos de 393 milhões, prestem atenção, 393 milhões para 1 bilhão, 266 milhões de reais na*  
289 *safra 2004/2005, tendo um aumento de 288%. Na região Norte do país, nós saímos de 201 milhões para*  
290 *592 milhões, um aumento de 491%. Esses dados aqui, que cada um de vocês precisará trabalhar, porque é*  
291 *uma arma que vocês ajudaram a construir neste governo, demonstra porque os nossos adversário do*  
292 *mundo político ficaram tão surpresos com os dados do Pnad. E os dados do Pnad não foram melhor porque*  
293 *nós tivemos 2003 muito apertado. E era o primeiro ano do nosso governo. Muita gente ficou surpresa. Mas o*  
294 *dado concreto é que não tem um único dado no Pnad que não seja um dado positivo da conquista do nosso*  
295 *governo e da sociedade brasileira. Isso significa melhoria da qualidade de vida, isso significa melhoria da*  
296 *segurança alimentar, significa que as pessoas estão comendo mais. Vocês sabem qual é a coisa que o povo*  
297 *mais grita na rua, quando eu desço num aeroporto? É me agradecer por causa do quilo do arroz, porque*  
298 *estavam pagando 11 reais quando eu tomei posse e estão pagando, hoje, 4,90 reais. Isso não faz parte da*  
299 *segurança alimentar? Você fazer com que a comida chegue mais barata na casa das pessoas? E essa é uma*  
300 *conquista que vocês ajudaram a construir. Vocês ajudaram a construir, concordando ou discordando. Vocês*  
301 *ajudaram a construir e são testemunhas de que eu nunca vim numa reunião Consea, e nunca mandei para o*  
302 *Chico, nem para o Patrus, ou para qualquer ministro: diga para o Consea que o Consea tem que reconhecer*  
303 *o que o governo está fazendo. Não fiz e não vou fazer. Agora, eu acho que vocês precisam reconhecer as*  
304 *conquistas que tiveram. Vocês sabem quantos anos fazia que o movimento sindical brasileiro não conseguia*

305 *aumento acima da inflação? Este ano, 85% dos acordos coletivos foram feitos acima da inflação, 85%. A*  
306 *quantidade de empregos que nós geramos nesses 36 meses é mais do que foi gerado nos últimos dez anos*  
307 *no país. Lógico que nós precisamos mais, é lógico. Mas nós temos só 36 meses de governo. Nós não*  
308 *podemos ser responsabilizados por 25 anos, 22 anos, 10 anos da década perdida e, depois, mais dez anos*  
309 *de estagnação. Quem é que não lembra que o Brasil passou 20 anos estagnado? Então, eu acho, meus*  
310 *companheiros, meu caro Chico, que nessa avaliação, vocês vão ficar dois dias discutindo, aqui, é importante*  
311 *que o pessoal saia preparado e armado com as informações para que as pessoas sintam orgulho do que*  
312 *estão fazendo. Porque senão as pessoas não vêem resultado do que ajudaram a produzir. Nós, agora,*  
313 *estamos fazendo um estudo, que eu estou cobrando do Incra, pelo menos há um ano e meio, porque a*  
314 *gente trabalha com números muito fictícios. Neste país, habitualmente se cita números sem nenhum critério.*  
315 *E queria saber como é que anda a agricultura familiar no Brasil, hoje, porque a vida inteira eu cansei de*  
316 *fazer discurso: não adianta assentar 200 milhões, 200 mil, se 800 mil deixam o campo. Eu quero saber se*  
317 *com o Pronaf, se com o programa da assistência técnica, se com o programa da compra de alimentos, se*  
318 *com o programa Luz para Todos, se as pessoas estão saindo do campo. Eu quero saber, porque nós não*  
319 *temos esses dados. Eu, às vezes, participando de palestras, não agora que eu sou Presidente, mas quando*  
320 *eu não era, a pessoas citavam as maiores barbaridades de números sem citar fontes. Eu me lembro de uma*  
321 *vez em que uma pessoa citou o número de abortos no Brasil. Era tão grande que era maior do que o*  
322 *número total de mortes que tinha no país. Então, é preciso que a gente tenha cuidado para a gente*  
323 *trabalhar com esses números com precisão. E eu estou particularmente feliz. Quando eu fiz o meu discurso*  
324 *de posse eu dizia que, se ao terminar o meu mandato, as pessoas estivessem almoçando, jantando e*  
325 *tomando café, eu já me daria por realizado. Possivelmente muito humilde, porque pode ser feito muito mais*  
326 *do que isso. Mas nós assumimos o compromisso de que neste ano nós iríamos chegar a 8 milhões e 700 mil*  
327 *famílias, e vamos chegar a 8 milhões e 700 mil famílias. E não chegamos mais rápido porque tem um*  
328 *problema de cadastro, porque trabalhamos com um cadastro muitas vezes difícil de ser organizado, depende*  
329 *de acordos com as prefeituras. Umhas com muita boa vontade, outras com menos vontade. Mas o dado*  
330 *concreto é que o resultado está para quem quiser ver e nós precisamos utilizar isso como satisfação do*  
331 *trabalho que nós fizemos nesses três anos. As conquistas, vocês sabem o que eu penso? Vocês sabem que*  
332 *eu fui um grande dirigente sindical. Modéstia à parte, eu fui um grande dirigente, porque não tinha outro,*  
333 *acho que era eu sozinho. Então, fui um grande dirigente sindical. Eu passei 20 anos da minha vida, 20 anos,*  
334 *nos melhores anos de 78 – o Marinho não veio, não é? De 1978 a 1982, depois entrou o Meneguelli em*  
335 *1983, depois entrou o Vicentinho, depois entrou o Guido, depois entrou o Marinho. Vocês sabem como era*  
336 *parte da minha vida? Ser chamado a uma hora da manhã, duas horas da manhã, meio-dia, cinco horas da*  
337 *manhã, para ir na porta da fábrica conversar com os milhares de trabalhadores que eram mandados*  
338 *embora, era aos milhares. Teve um tempo em que a Volkswagen mandou, de uma vez só, 15 mil*  
339 *trabalhadores e não tinha o que fazer. A gente ficava lá chorando com os trabalhadores porque não tinha o*  
340 *que fazer, as empresas não iam readmitir e eu andava pelo Brasil inteiro, cada lugar em que eu chegava, eu*  
341 *dizia que o pessoal me achava "levanta moral", o pessoal estava desempregado na porta de fábrica, era o*  
342 *Vicentinho entrando em greve de fome, eu ia. Então, vejam, nesses 36 meses, nós já criamos mais*  
343 *empregos do que nos últimos dez anos no Brasil, lógico que as pessoas falam: 'mas poderia estar mais'.*  
344 *Poderia, poderia estar mais, mas não está. Ou seja, está naquilo que foi possível construir, porque muita*

345 gente faz o discurso mais fácil porque é melhor fazer o discurso mais fácil, é melhor. Eu não vou entrar em  
346 debate de política econômica aqui, porque tem muita coisa para ser discutida e aqui não é fórum para  
347 discutir política econômica. Nós já tivemos dezenas de políticas econômicas no país, e vocês do CONSEA,  
348 que são quadros importantes na política nacional, precisam saber de algumas coisas, eu sei que tem  
349 economista aqui, até gostaria que vocês estudassem em que momento da economia do país, em que  
350 momento, podem pegar de 30 a 40 anos para trás. Nós tivemos um conjunto de fatores positivos  
351 combinantes entre si como nós temos agora? Em que momento histórico? Podem escolher o momento em  
352 que nós tivemos um conjunto de fatores funcionando ao mesmo tempo. Você tem crescimento econômico,  
353 crescimento das exportações, crescimento das importações, crescimento do emprego, crescimento da nossa  
354 balança comercial, crescimento do superávit de conta corrente. O que você tem reduzindo? Agora começou  
355 a taxa de juros e você tem reduzindo a inflação, porque a inflação é um ganho para o trabalhador. Quem  
356 recebia o salário e não tinha conta em banco, porque na conta em banco você depositava numa conta  
357 remunerada, você nunca teve uma inflação de 40% ao mês. Mas quando o trabalhador recebia, naquela  
358 época 100 reais, e ele tinha que pagar suas contas, ele não tinha conta em banco remunerada, aqueles 100  
359 reais desapareciam, ou seja, então (inaudível) é uma conquista dos trabalhadores brasileiros. Qual é o valor  
360 da cesta básica hoje Chico? Qual é o valor da cesta básica hoje comparada a qualquer outro momento?  
361 Pode melhorar? É lógico que pode melhorar, pode melhorar, mas nós precisamos de mais tempo, nós ainda  
362 não terminamos os cálculos de 2005, não entramos em 2006 ainda, nem terminamos 2006. Vamos pegar o  
363 que já foi feito para os Quilombolas no Brasil. Em algum momento histórico foi feito o que nós estamos  
364 fazendo? A Matilde pode conversar com vocês. Em algum momento deste país tivemos tantas meninas e  
365 meninos negros na universidade? Só no ProUni foram 38 mil afro-descendentes. Em que momento histórico  
366 deste país teve 38 mil jovens negros entrando na universidade? Precisa mais? Precisa. Este ano tem mais  
367 ProUni, vai ter mais. Então, eu penso que numa reunião de Consea, de final de ano, em algum momento,  
368 meu caro Patrus, é preciso fazer um balanço, um balanço correto que coloque as coisas que faltam ser  
369 feitas, mas que a gente não diminua as nossas conquistas, porque senão fica muito difícil a gente não  
370 valorizar o que nós conquistamos. E como nós, eu acho que em política, por mais que você faça, sempre  
371 estará faltando alguma coisa, e por mais que as pessoas conquistem sempre vai precisar mais um pouco.  
372 Não existe na história da humanidade, momento em que você está contente. Aumento de salário, você fica  
373 contente só no primeiro mês, no segundo mês você já está querendo 10% a mais, 5% a mais, 20% a mais.  
374 Então, eu penso que essas coisas, em algum momento, Patrus, é preciso que os companheiros tenham as  
375 informações corretas porque o que foi feito, sobretudo na parte da agricultura familiar, eu penso que  
376 merece de vocês um orgulho muito grande, porque vocês participaram dessas discussões e sabem o que  
377 isso significa. Agora também tem que ter dimensão de tempo, e nós não tivemos todo tempo do mundo e,  
378 portanto, temos o tempo exíguo para fazer o que nós já fizemos. Quero dizer para vocês que quero dizer  
379 para vocês que, para mim, a política econômica nunca foi empecilho para a política social. Vamos deixar  
380 claro que nós resolvemos um problema aqui, que os teóricos nunca tinham colocado para resolver, e nós  
381 colocamos, em 17 meses, 29 bilhões de reais no mercado para o consumo, independente da taxa selic, via  
382 crédito consignado. Essa foi uma revolução no crédito brasileiro. Nós saímos de uma poupança interna de  
383 17% durante a campanha de 2002, para uma poupança interna de 24%. Então, eu penso que isso tem que  
384 ser discutido com os companheiros, porque senão nós ficamos discutindo sempre a comida que falta na

385 *mesa e não valorizamos aquela que enchamos o 'bucha'. No mais eu quero agradecer a vocês, porque vocês*  
386 *são parte dos meus acertos e podem ficar certos de que serão parte dos meus erros. Muito obrigado."*  
387 Concluída sua participação, o Exmo. Sr. Presidente da República retirou-se do recinto. O  
388 Presidente do CONSEA passou a palavra para a Conselheira Regina Miranda, que retomou sua  
389 apresentação, relatando sobre a fome que atinge as crianças afrodescendentes e questionando as  
390 pessoas que se preocupam com questões ambientais, como a extinção da baleia e do mico leão  
391 dourado, mas não se sensibilizam com crianças que se prostituem para comer, que vendem  
392 objetos e pedem moedas. A representante da Comissão Permanente 2 acrescentou que as  
393 populações negras despontam nas estatísticas de doenças decorrentes da má alimentação e  
394 também da fome, que vulnerabilizam o corpo do ser humano por deficiência de alimentos ou por  
395 mal uso desses alimentos, deixando as marcas da vulnerabilidade social nos corpos dos  
396 afrodescendentes. Citou ainda um estudo que mostrou que a deficiência alimentar desde a fase  
397 intra-uterina até os três anos de idade repercute direto na qualidade de saúde daquelas pessoas,  
398 portanto, é biologicamente esperado que uma criança que foi desnutrida dentro do útero nos  
399 primeiros anos de vida, quando na fase adulta, vá apresentar problemas como obesidade,  
400 sobrepeso, anemia, diabetes, colesterol alto ou hipertensão, pelas fragilidades que aquele corpo  
401 recebeu nos primeiros impulsos de formação de toda a sua máquina fisiológica e metabólica. Daí  
402 resulta que os afrodescendentes figurem nas estatísticas de saúde na epidemiologia de  
403 hipertensão e sobrepeso. A Conselheira Regina Miranda relatou também que, na culinária  
404 brasileira, os pratos têm a mão do negro, apesar das estratégias de dominação dos negros no  
405 Brasil, principalmente pela dominação severa, com uso da violência e a ruptura da identidade  
406 desse povo pela proibição de falar sua língua de origem e praticar sua religião; apesar de tudo  
407 isso, o povo sobreviveu, tendo os terreiros como rede de proteção social e informal, para onde  
408 corriam aqueles que não tinham acesso a nenhuma política pública. Num tempo em que não havia  
409 posto de saúde, não havia um sistema de proteção social, eram os terreiros que estavam lá  
410 recebendo mães solteiras, dependentes, muitas vezes pessoas aflitas e que precisavam de auxílio.  
411 A Senhora Regina Miranda continuou, informando que a Comissão Permanente de Segurança  
412 Alimentar e Nutricional das Populações Negras foi instalada em 2004, sendo integrada por  
413 representantes da Coordenação Nacional dos Agentes de Pastoral Negros, da ACBANTU e dos  
414 CONSEAs do Maranhão, do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo; o Governo Federal tem sido  
415 representado pelo MDS, Fundação Cultural Palmares, SEPIR, Ministério da Saúde, Ministério das  
416 Relações Exteriores, Ministério de Desenvolvimento Agrário e MCT. A Comissão tem por princípios  
417 o reconhecimento da diversidade da cultura negra no Brasil; o papel pró-ativo das populações  
418 negras, não somente como beneficiários, mas atuando na elaboração e implementação das  
419 políticas; o respeito e promoção da autonomia e a valorização da diversidade humana; a inclusão  
420 social e a erradicação da discriminação. Os objetivos da Comissão são: incorporar a temática racial  
421 à construção da política de Segurança Alimentar e Nutricional, potencializar e divulgar ações já

422 desenvolvidas junto à população negra na área de segurança alimentar, fortalecer a produção e  
423 comercialização de alimentos por populações quilombolas e aproveitar a capilaridade das  
424 comunidades de terreiro, reconhecendo nela uma estratégia de proteção ancestral das populações  
425 afrodescendentes no Brasil. A Conselheira Regina Miranda relatou ainda os avanços da atuação da  
426 Comissão: a distribuição de feijão e cestas básicas nas comunidades de Terreiro, iniciada na  
427 Semana da Alimentação de 2004; a incorporação da temática racial nas discussões da LOSAN, do  
428 Bolsa Família, do Fome Zero e do OGU; a promoção do debate sobre anemia falciforme, em  
429 relação à Portaria 730, do Ministério da Saúde, que trata do programa de suplementação de ferro;  
430 promoção do debate sobre a contaminação por chumbo, em Santo Amaro da Purificação, com  
431 intervenção da Presidência da República; debate sobre o valor *per capita* diferenciado para a  
432 alimentação do escolar dos Quilombola; e encaminhamento ao MDS de propostas para elaboração  
433 do Cadastro Único; proposta de realização de um grande inventário das comunidades religiosas e  
434 o apoio ao censo das comunidades quilombolas; realização do segundo Seminário de Segurança  
435 Alimentar e Nutricional das Populações Negras; realização da capacitação em relação ao quesito  
436 cor; uma maior articulação do Governo Federal no sentido de obter uma sinergia entre ações  
437 setoriais já existentes; a implantação do cadastro único nas comunidades quilombolas; e,  
438 especialmente, o reconhecimento e respeito às organizações negras da sociedade civil na  
439 construção de políticas públicas e nas ações do Governo Federal, promovendo maior compreensão  
440 por parte do Governo das comunidades de terreiro. Encerrada a apresentação da representada da  
441 Comissão Permanente 2, o Presidente do CONSEA passou a palavra para a Senhora Renata Leite,  
442 representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que saudou a todos(as) e  
443 informou que o MDA tinha duas ações importantes dentro do Programa Brasil Quilombola:  
444 regularização fundiária, executada pelo INCRA, e o desenvolvimento das comunidades  
445 quilombolas. Quanto à regularização fundiária, Relatou as ações desenvolvidas para a publicação,  
446 em setembro, da Instrução Normativa número vinte, após uma ampla consulta com participação  
447 de todos os órgãos envolvidos, inclusive a Casa Civil, e da sociedade civil. A Senhora Renata Leite  
448 destacou, ainda com relação à regularização fundiária, a criação de um sistema de gestão e  
449 acompanhamento já disponibilizado na página do INCRA, ainda faltando a inserção dos dados; e a  
450 a descentralização dos recursos para as Superintendências. Informou também sobre a capacitação  
451 dos asseguradores para regularização fundiária, visando constituir equipes dentro das unidades do  
452 INCRA para trabalhar com essas comunidades; e sobre o edital de concurso público para  
453 contratação de antropólogos, em 2006, para a realização dos laudos territoriais que precisam ser  
454 feitos nessas comunidades. A representante do MDA informou haver vinte e oito áreas quilombolas  
455 reconhecidas pelo Governo Federal, já em fase de demarcação e posterior titulação, dentre as  
456 quais quatro deverão ser tituladas ainda este ano, se não houver recursos judiciais; e outros 270  
457 (duzentos e setenta) processos foram abertos e estavam na fase de regularização; com isso, em

458 torno de trezentas comunidades quilombolas serão trabalhadas pelo INCRA. A Senhora Renata  
459 Leite esclareceu que, no caso das áreas quilombolas de Marambaia e de Alcântara, havia análise e  
460 acompanhamento específicos, por se tratar de áreas sobrepostas a projetos do Governo Federal.  
461 Quanto ao desenvolvimento comunitário, a representante do MDA informou sobre trabalho feito  
462 em parceria com o DFID com as mulheres quilombolas, visando construir estratégia de  
463 fortalecimento e espaço para elas dentro das atividades produtivas, abrangendo 31 comunidades.  
464 Relatou também os projetos de capacitação e assistência técnica, ao qual foi destinado um  
465 montante de um milhão e duzentos e quarenta e seis mil reais, mediante convênios com  
466 entidades vinculadas às comunidades; cursos de capacitação para extensionistas; a  
467 comercialização dos produtos quilombolas, com dezenove comunidades participando em 2004 e  
468 2005 da Feira de Agricultura Familiar, apresentando um catálogo com os produtos para a  
469 comercialização. Em seguida, fez uso da palavra a Senhora Heliana Kátia, Secretária de Articulação  
470 e Parcerias do MDS que cumprimentou a todos(as) e relatou o trabalho do Ministério para as  
471 comunidades quilombolas, juntamente com os demais órgãos federais. A Secretária esclareceu que  
472 o MDS tem priorizado, nas suas ações, as comunidades quilombolas, indígenas, os acampados e a  
473 população de rua, em especial os catadores de matérias recicláveis, principalmente nas capitais  
474 brasileiras. Com o objetivo de estudar as especificidades de cada uma dessas comunidades, foi  
475 criado um Grupo de Trabalho de Comunidades Tradicionais, que abrange 21 (vinte e um)  
476 programas, atendendo mais de cinquenta milhões de pessoas; o Grupo foi criado para discutir  
477 cada um dos programas e definir critérios e estratégias de ações. O Governo Federal também  
478 criou a Comissão de Comunidades Tradicionais, presidida pelo Ministro Patrus Ananias, tendo  
479 como Secretária Executiva a Ministra Marina Silva, tendo por objetivo tratar as questões das  
480 populações tradicionais, verificando as especificidades. A Secretária Heliana Kátia informou que o  
481 principal Programa do Fome Zero é o Bolsa Família, que atende a oito milhões de famílias em todo  
482 o território nacional e avança para completar onze milhões de famílias até o final de 2006. Em  
483 2003, o Bolsa Família atendeu o quilombo Frechal, no Maranhão, que é o Estado onde tem mais  
484 ações com populações quilombolas; ali foram emitidas cinco mil certidões de nascimento,  
485 exatamente para identificar aquelas comunidades no Cadastro Único para poderem receber o  
486 Bolsa Família. A representante do MDS informou ainda que, em 2004, foi feita uma força tarefa  
487 no Ministério para operacionalizar o cadastro dos calungas no Estado de Goiás; em 2005, estava  
488 sendo feita a capacitação, em parceria com a prefeitura do município de Alcântara e do Governo  
489 do Estado do Maranhão, sendo ali cadastrados 1.458 (mil, quatrocentas e cinquenta e oito)  
490 famílias quilombolas; e em 2006, no que diz respeito ainda à Bolsa Família e Cadastro Único, a  
491 perspectiva seria de se revisar o cadastro em comunidades de sete Estados (Bahia, Maranhão,  
492 Pará, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), englobando ao todo 69 (sessenta  
493 e nove) municípios, 234 (duzentos e trinta e quatro) comunidades e 20 (vinte) mil famílias

494 quilombolas. A Secretária Heliana Kátia informou que, enquanto o Cadastro Único é feito  
495 normalmente em parceria do MDS com a Prefeitura, no caso específico das comunidades  
496 quilombolas optou-se por abrir o edital e contratar instituições e ONGs parcerias, devido à grande  
497 dificuldade que as prefeituras tinham para acessar as comunidades quilombolas; para isso, o MDS  
498 deveria aportar mais recursos, ampliando os esforços para que essas famílias pudessem ser  
499 identificadas. Foram feitas também adaptações no Cadastro Único, com especificidades para  
500 populações quilombolas, e elaboraram critérios específicos para concessão do Bolsa Família nessas  
501 comunidades, em parceria com a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial –  
502 SEPPIR. A representante do MDS prosseguiu informando sobre as Casas da Família, ação do MDS  
503 visando constituir centros de referência de assistência social, porta de entrada das demandas  
504 sociais. Trinta e oito municípios brasileiros já tinham a Casa da Família para atender as  
505 comunidades remanescentes de quilombos, estando-se trabalhando junto às prefeituras um  
506 processo de capacitação para o uso dessa Casa da Família para as populações quilombolas. Além  
507 disso, o Programa de Atenção Integral à Família já abrangia as especificidades para o atendimento  
508 dos quilombolas, além de ações emergenciais nos Estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais,  
509 Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio Grande do Sul e São Paulo. Outra  
510 ação do MDS foi a distribuição de cestas básicas, com destinação, em 2003, de 45 mil cestas  
511 básicas para 150 comunidades quilombolas em 2003; em 2005, estão sendo destinadas 193 mil  
512 cestas básicas para 24.139 (vinte e três mil, cento e trinta e nove) famílias quilombolas e 8.400  
513 (oito mil e quatrocentas) famílias em terreiros. A Secretária Heliana Kátia informou ainda que,  
514 através da Secretaria de Gestão da Informação do MDS, em parceria com a SEPPIR, a Unicef, a  
515 CONAQ e a Fundação Nacional da Saúde, iniciou-se uma chamada para avaliação nutricional das  
516 comunidades quilombolas, visando avaliar a prevalência de desnutrição sobrepeso e baixo peso ao  
517 nascer. Finalmente, relatou a ação desenvolvida em 2003 e 2004, em 150 (cento e cinquenta)  
518 comunidades quilombolas, para incentivo da geração de trabalho e renda, tendo como parceiros o  
519 Banco do Brasil e a Petrobrás. O Presidente do CONSEA agradeceu a apresentação da  
520 representante do MDS e passou a palavra para Fernanda Lopes, Coordenadora das Ações de  
521 Saúde do Programa de Combate ao Racismo Institucional do DFID e Membro do Comitê Técnico  
522 de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde. A Senhora Fernanda Lopes inicia sua  
523 exposição esclarecendo que esse Programa foi criado em resposta às demandas da sociedade civil,  
524 em especial do movimento negro, apresentadas na Conferência de Combate ao Racismo,  
525 Xenofobia e Intolerâncias em 2001, acolhidas pela ONU, como apoio do Ministério Britânico e  
526 contando no Brasil com o apoio e parceria da SEPPIR, Ministério da Saúde e do Ministério Público  
527 Federal. A discussão do Programa refere-se à noção de saúde como direito fundamental e  
528 garantido na Constituição Federal, não só da saúde como ausência de doenças e sim de fatores  
529 ambientais, culturais, políticos, sociais e econômicos adequados, de forma que a efetização do

530 direito humano à saúde requer que todos os outros direitos humanos sejam também efetivados,  
531 em especial a alimentação. Relata a ausência de dados específicos que comprovem as  
532 desigualdades que negros(as) experimentam no dia-a-dia, no nascer, no viver, no adoecer e  
533 morrer, ou seja, há desigualdades não documentadas. A representante do DFID registrou que a  
534 proporção de negros em situação de pobreza ou indigência vem se mantendo cronicamente ao  
535 longo dos últimos trinta anos no Brasil, cuja população pobre totaliza cerca de 65% de pretos ou  
536 pardos, enquanto na indigência, cerca de 66% são pretos e pardos; e a população quilombola  
537 representa cerca de 3% da população negra brasileira. Frisou a falta de investimentos em ações e  
538 programas específicos e na identificação de práticas discriminatórias, além da dificuldade na  
539 adoção de mecanismos e estratégias de não-discriminação, de combate e prevenção do racismo. A  
540 Senhora Fernanda Lopes considerou, finalmente, que as condições sócio-econômicas sejam  
541 passaporte para a inclusão, a cor da pele muitas vezes não permite isso e que, ao se afirmar que o  
542 problema do negro é um problema da pobreza, anula-se toda e qualquer possibilidade de ação  
543 anti-racista específica. O Presidente do CONSEA passou a palavra para a Senhora Maria Clara da  
544 Silva, Coordenadora Geral do Terreiro Guerebetá, na Bahia. Ela cumprimentou a todos(as) e  
545 esclareceu inicialmente que representava a religião de matriz africana que é o Candomblé, sendo a  
546 principal questão dos candomblecistas, atualmente, a maior participação nas políticas públicas. A  
547 Senhora Maria Clara agradeceu a distribuição das cestas básicas e solicitou apoio do Governo para  
548 que possam desenvolver projetos dentro dos terreiros, solicita computadores para poderem  
549 interagir com os outros e profissionalizar as crianças, de forma que, no futuro, não precisem  
550 depender do Fome Zero, e concluiu solicitando o respeito que as comunidades de terreiro  
551 merecem. O Presidente Francisco Menezes passou a palavra para o Senhor Paulo Mary, da  
552 Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas - CONAQ, que agradece a todos da mesa e  
553 afirmou que este Governo abriu as portas para as questões dos quilombolas, reconhecendo que  
554 estes têm problemas diferenciados. Relatou que foi feito um questionário sobre suas necessidades  
555 e que só se considera a questão fundiária dos quilombolas, a qual é de fato fundamental para a  
556 sobrevivência, mas que saúde, educação, aposentadoria para os que não podem mais trabalhar  
557 são também fundamentais. O Senhor Paulo Mary considerou também que, em quatro anos de  
558 Governo, não será resolvido um problema de quinhentos anos, mas ainda assim seria necessário o  
559 máximo empenho para a melhoria da vida dos quilombolas. O Presidente do CONSEA passou  
560 então a palavra para a Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade  
561 Racial - SEPPIR, Matilde Ribeiro, que cumprimentou a todos(as) os presentes e relatou que, na  
562 Sepir existe um Conselho presidido por ela, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial,  
563 e que por causa da agenda atribulada deixou o acompanhamento do CONSEA para seus  
564 assessores, mas manteve-se acompanhando essa questão de perto. Relatou que o Ministério  
565 Extraordinário da Segurança Alimentar - MESA foi o primeiro Ministério que a SEPPIR procurou

566 para discutir sobre a importância da transversalidade e da priorização dos negros, que não eram  
567 considerados cidadãos e cidadãs de direito, mesmo após a abolição da escravidão, e que teve a  
568 resistência como marca para se fazer presente até hoje. A Ministra Matilde Ribeiro citou fala do  
569 Presidente Lula, em que este afirmou não ter nenhum problema em reconhecer que o que estão  
570 fazendo é pouco, mas no que diz respeito às políticas de promoção da igualdade racial, sobretudo  
571 as políticas voltadas para as comunidades quilombolas, a Ministra considera que o Presidente  
572 vinha sendo um militante, tendo determinado que ações fossem desenvolvidas naquela área. A  
573 Ministra da SEPPIR fez referência à realização de um seminário, organizado por esse órgão em  
574 parceria com diversos organismos do Governo Federal e entidades representadas no CONSEA, no  
575 qual surgiram diversas proposições de ação, inclusive sobre o fortalecimento e estruturação para a  
576 Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras. O CONSEA  
577 tem tido como foco para atuação os pobres indigentes, os quilombolas e as comunidades  
578 religiosas de matriz africana, que são setores na sociedade que têm um forte componente  
579 comunitário na sua forma de organização, com relações de parentesco e um vínculo visceral com o  
580 território e a cultura, além da invisibilidade histórica e do isolamento com relação às políticas  
581 públicas e ao acesso a bens e serviços. A Ministra esclareceu que a SEPPIR tem como prioridade  
582 os quilombos, mas não com exclusividade, pois atua junto a toda a população negra, trabalhando  
583 em oito áreas prioritárias: quilombos, educação, trabalho, saúde, cultura/religiosidade, segurança  
584 pública, capacitação de gestores e servidores e relações internacionais. A Ministra Matilde Ribeiro  
585 relatou o lançamento, em novembro, do Plano “Trabalho Doméstico Cidadão”, junto com o  
586 Ministério do Trabalho e Emprego, relatando que, dos seis mil empregados domésticos, 95% são  
587 mulheres e 57% são negras, com problemas de ausência de direitos e falta de reconhecimento  
588 dessa categoria enquanto trabalhadores; diante disso, o Plano, que foi construído junto com as  
589 associações e representações dessa categoria, como a Federação Nacional de Trabalhadores  
590 Domésticos – FENATRAD, previu a qualificação profissional, a elevação de escolaridade,  
591 monitoramento e fortalecimento das leis e a busca de inserção dessa categoria em todas as áreas  
592 de política pública. Informou ainda sobre o Pronuni, que tem viabilizado o acesso de negros e  
593 indígenas às universidades; e sobre o Programa Nacional de Saúde da População Negra, cuja  
594 prioridade é o tratamento da anemia falciforme, com ações chegando aos Estados. Com relação  
595 aos quilombolas, a Ministra da SEPPIR informou que existiam naquele momento dois mil  
596 quilombos mapeados no país, sabendo-se ser o número ainda maior e havendo já cerca de  
597 seiscentos certificados, que é o primeiro passo da regularização. Citou os dados sobre os  
598 processos de regularização em andamento no MDA/INCRA, sendo 270 (duzentos e setenta) em  
599 andamento, alcançando mais de quatrocentas comunidades quilombolas. Relata da importância da  
600 parceria com os governos estaduais e municipais, pois sem eles não são possíveis políticas para  
601 quilombos. A SEPPIR envolveu a Eletrobrás e a Petrobrás em projetos de desenvolvimento

602 comunitário e, a partir de proposta do Presidente Lula, passou a coordenar o Pacote de Cidadania,  
603 voltado a quilombolas, indígenas e assentados, incluindo o Programa Bolsa Família, Programa  
604 Saúde da Família, Geração de Renda, Luz para Todos, ações de saneamento, construção de casas  
605 e alfabetização, além das ações de regularização. A Ministra abordou também o desafio da  
606 regularização de quilombos urbanos, que estavam sendo identificados em diversas metrópoles,  
607 como Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e São Luiz. Entre os desafios para a atuação da  
608 SEPPIR, a Ministra Matilde Ribeiro destacou a transversalidade, tendo em vista os diferentes  
609 tempos dos Ministérios, alguns muito novos e outro mais antigos e consolidados, e a tradução  
610 disso em termos de metas e de orçamento, tendo aquela Secretaria Especial o papel de  
611 articulação, mais que de execução. A Ministra abordou ainda a questão da religiosidade, afirmando  
612 que se desconhece o universo das comunidades de terreiro e não se dimensiona o tamanho da  
613 demanda e das responsabilidades, sendo um desafio importante não apenas a identificação dessas  
614 comunidades mas também as ações sociais e assistenciais desenvolvidas por estas. Para isso,  
615 relatou duas propostas: (1) campanha de valorização da livre expressão religiosa, encabeçada pelo  
616 Governo em parceria com a sociedade civil; e (2) força-tarefa para a regularização. Finalmente,  
617 com relação à Comissão Permanente 2 – Segurança Alimentar e Nutricional das Populações  
618 Negras, a Ministra propôs uma reunião desta com a SEPPIR para apresentação de balanço e de  
619 análise das pautas, assumindo o compromisso de uma maior conexão institucional com o CONSEA,  
620 além da própria Comissão. O Presidente Francisco Menezes agradeceu à Ministra pela exposição e  
621 passou a palavra ao Ministro Patrus Ananias, que necessitava se retirar naquele momento. O  
622 Ministro Patrus Ananias agradeceu a todos e pediu desculpas por ter de sair antecipadamente,  
623 despedindo-se de todos e parabenizando a Ministra Matilde, afirmando que o MDS, dentro das  
624 suas possibilidades, colocou como uma de suas prioridades a trabalho os quilombolas. Em seguida,  
625 o Presidente do CONSEA passou a palavra ao Conselheiro José Ribamar Araújo e Silva, que saudou  
626 inicialmente a Mão Maria Clara e em seguida os demais membros da mesa e todos os presentes e  
627 ressaltou alguns desafios que exigiam passos mais seguros, decisivos e amplos, tendo em vista o  
628 final do Governo em 2006, recolocando os desafios apresentados pela Comissão Permanente 2, ou  
629 seja, a titulação das áreas quilombolas, com avanços mas ainda faltando muito, e a sinergia entre  
630 as várias ações setoriais, cuja ausência se fazia sentir no CONSEA. A Conselheira Ana Placidino  
631 cumprimentou a Senhora Maria Clara e o Senhor Paulo Mary e saudou a todos(as) os(as)  
632 presentes e colocou a necessidade de dar um passo a mais em relação às realizações relatadas  
633 pelos representantes governamentais. Apelou para a necessidade de superação da incapacidade  
634 institucional de promover o acesso às políticas pelos quilombolas, indigentes, acampados,  
635 população de rua e dos lixões, alertando para a morosidade da regularização fundiária e na  
636 efetivação do cadastro único para as comunidades quilombolas em todo o país. A Conselheira  
637 colocou ainda a necessidade de ampliar a capacidade dos órgãos para o trabalho com as

638 comunidades religiosas de matriz africana, de forma a abrir espaço para as parcerias; agradeceu a  
639 distribuição de alimentos promovida pelo MDS, colocando a necessidade de dar um passo a mais  
640 para a superação de outras fomes, por meio da ampliação, expansão e estabilização das doações,  
641 principalmente para as comunidades de difícil acesso, e ainda por meio de parcerias para acesso a  
642 outros Programas, como a Compra Antecipada Especial. O Conselheiro Silas Vieira cumprimentou a  
643 Ministra Matilde Ribeiro e a toda a mesa, saudou a todos(as) e relatou eventos e atividades  
644 culturais que ocorreram no dia Nacional da Consciência Negra no Estado do Espírito Santo,  
645 ressaltando que o tempo de governo foi muito curto para saldar toda a dívida social existente,  
646 como aquela relativa ao trabalho doméstico. O Conselheiro registrou posição de que a maior  
647 comunidade religiosa negra no Brasil é a evangélica, estimando que existem no Brasil cerca de  
648 trinta milhões de evangélicos afrodescendentes, cerca de 28,6% da população brasileira, e que  
649 ações de Estado voltadas às comunidade religiosas de matriz africana tornam o Estado menos  
650 laico, sendo necessário excluir o viés religioso das suas ações, conforme prerrogativa  
651 constitucional. O Conselheiro Sillas Vieira reivindicou, assim, isonomia de tratamento pelos órgãos  
652 do Governo Federal, independentemente de opção religiosa, sob pena de se incorrer em  
653 discriminação. Em seguida, fez uso da palavra o Conselheiro Ariovaldo Ramos, cumprimentando a  
654 todos(as) e relatando que o Movimento Negro Evangélico, do qual participava, adotava  
655 perspectiva diferente daquela apresentada pelo Conselheiro que lhe antecedeu, pois apoiava a  
656 liberdade religiosa e repudiava o que certos segmentos evangélicos faziam em relação às religiões  
657 de matriz africana, desrespeitando-as; o Movimento rejeitava, assim, a "demonização de outras  
658 perspectivas de Deus". O Senhor Ariovaldo Ramos colocou-se à disposição para colaborar com a  
659 SEPPPIR visando promover o respeito às religiões de matriz africana, alertando que não deveria  
660 haver tratamento institucional para a questão religiosa, mas sim a prioridade para os mais  
661 excluídos. Concluiu afirmando que entendia a preocupação do Conselheiro Sillas Vieira com o povo  
662 negro que integra as igrejas evangélicas, mas considerava que a questão social brasileira era mais  
663 profunda e que havia muitas diferenciações entre os evangélicos. O Presidente do CONSEA  
664 repassou a palavra à Ministra Matilde Ribeiro, que afirmou que sua presença naquela Plenária  
665 tinha o intuito de se retomar a presença da SEPPPIR no CONSEA, ressaltando a importância da  
666 criação desse órgão, com *status* de Ministério, dada a dimensão da questão racial no país. A  
667 Ministra abordou a temporalidade das ações de governo, tendo em vista a regularização e demais  
668 ações, afirmando que havia ainda um ano pela frente, mas que se tratavam de ações de Estado e  
669 não apenas de Governo, sendo necessário especificar quais as respostas pretendidas nesse prazo.  
670 Com relação à regularização, apresentou como encaminhamento prático a formatação de proposta  
671 entre MDA e SEPPPIR visando acelerar os processos, apesar dos meandros jurídicos e institucionais;  
672 com relação ao fortalecimento institucional, colocou a perspectiva de se identificar os interesses  
673 comuns e as lideranças e capacitar os gestores, devendo-se elencar os dois ou três passos

674 prioritários em 2006, dispendo-se a dialogar com o CONSEA sobre isso. Com relação à relação  
675 entre religiosidade e Estado, a Ministra Matilde Ribeiro afirmou não ser algo fácil e que o acesso  
676 das políticas pelas comunidades não se dava exclusivamente pela religião; manifestou  
677 concordância parcial com relação às falas anteriores, sendo necessário identificar e destacar quais  
678 as ações sociais desenvolvidas nessas comunidades e qual sua relevância e sua interface com as  
679 políticas governamentais. Adicionalmente, a Ministra colocou a necessidade de, mesmo sem ser  
680 praticante dessas religiões, se reconhecer a existência de um massacre histórico das religiões de  
681 matriz africana, tratadas como casos de polícia; cabe ao Governo, diante dessa realidade, respeitar  
682 as várias manifestações e suas diferenças. Finalizando, a Ministra da SEPPIR colocou-se à  
683 disposição para dialogar com os setores quanto ao respeito aos cultos africanos e a valorização da  
684 ação social desses setores, sendo esse o caminho para avançarmos para a justiça e a igualdade. O  
685 Presidente do CONSEA agradeceu à Ministra pela sua participação suspendeu os trabalhos para o  
686 intervalo do almoço, convocando os conselheiros e observadores para a conclusão dos debates  
687 desse ponto da pauta no início da tarde. **DIA 29/11/2005 – PERÍODO DA TARDE:** Dando  
688 continuidade, o Presidente do CONSEA retomou os trabalhos às 14:55, convidando a Senhora  
689 Maria Clara e o Senhor Paulo Mary para compor a mesa e continuar os debates sobre o item  
690 relativo à Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras. Inicialmente, o Presidente do  
691 CONSEA passou a palavra para o Suplente Adriano Martins, que considerou que as exposições  
692 apresentadas permitiram uma visão e um debate inicial sobre o conjunto das políticas de  
693 Segurança Alimentar e Nutricional voltadas às populações negras, propondo que, em 2006, a  
694 Comissão fizesse uma avaliação mais aprofundada. O Presidente do CONSEA retomou a palavra,  
695 apresentou a Senhora Carmem Priscila Bocchi, que passava a integrar a equipe do Conselho, e  
696 falou sobre a importância da proposta que colocada por Suplente Adriano Martins, a qual poderia  
697 levantar uma discussão mais aprofundada sobre o conjunto das políticas sociais, não só da  
698 perspectiva dos quilombolas mas de todas as populações negras. Em seguida, passou a palavra  
699 para o Conselheiro Rolf Schünemann, que relatou as discussões que estão sendo feitas no Estado  
700 do Rio Grande do Sul, onde as comunidades quilombolas também estavam se articulando e se  
701 iniciava o processo de demarcação, com o apoio de uma instituição da igreja Luterana chamada  
702 Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, a qual desenvolve um trabalho de apoio técnico e geração  
703 de renda. Por se tratar da Igreja Luterana, houve uma certa polarização que atingiu a questão  
704 religiosa e houve uma fala de uma liderança de uma religião de matriz africana que foi mal  
705 interpretada pela opinião pública, evidenciando uma situação de intolerância dentro de um  
706 trabalho onde a diversidade religiosa convive de uma forma muito bonita; com base nisso, o  
707 Conselheiro terminou sua fala solicitando tolerância zero à intolerância sobre a questão de  
708 religiosa. Em seguida, fez uso da palavra a Senhora Maria Clara da Silva, Coordenadora Estadual  
709 de Terreiro Guebereté, que esclareceu que sua intenção foi colocar a questão histórica de

710 discriminação e exclusão da sua religião, o candomblé, e falar sobre o trabalho social desenvolvido  
711 nessas comunidades e que a participação dos membros da comunidade na sua religião é opcional,  
712 que são candomblecistas por amor e por opção. O Senhor Paulo Mary, da Coordenação Nacional  
713 das Comunidades Quilombolas, relatou os obstáculos que as comunidades quilombolas  
714 enfrentaram e continuam enfrentando e reconheceu os avanços obtidos nesse Governo,  
715 agradecendo ao CONSEA pelo trabalho que tem desenvolvido, pois não se avança no  
716 desenvolvimento comunitários sem uma alimentação adequada. Em seguida, pronunciou-se o  
717 Senhor Jorge Carneiro, Diretor da SEPPIR, que testemunhou os avanços da Comissão Permanente  
718 2 e enfatizou que a população negra vai além das comunidades quilombolas. Discorreu sobre a 1ª  
719 Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com participação de 3.000 (três mil)  
720 pessoas, e sobre as conferências estaduais com participação da Ministra em todas elas,  
721 ressaltando o aprendizado obtido nesse processo, uma vez que foram faladas 46 (quarenta e seis)  
722 línguas nessa Conferência e tiveram que lidar com inúmeros conflitos. O Diretor da SEPPIR  
723 ressaltou a importância da preservação da diversidade do país, seja ela religiosa, étnica ou  
724 cultural. Informou que, pela primeira vez na história do país, o Governo fez uma audiência pública  
725 com o povo cigano, havendo levantamentos indicando o número de 600 (seiscentas) mil ciganos  
726 no Brasil, mas ainda sem dados precisos. O Senhor Jorge Carneiro falou também sobre a  
727 importância da participação da SEPPIR na Comissão Permanente 2 e informou que seria feito o  
728 convite para esta fizesse apresentação na próxima reunião do Conselho Nacional de Promoção da  
729 Igualdade Racial. O Presidente do CONSEA agradeceu e passou a palavra para o Conselheiro José  
730 Ribamar Araújo e Silva, que concordou que se tratava de um debate inicial e relatou a proposta de  
731 realização do II Seminário sobre a Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras, que  
732 visa dar visibilidade a esse imenso segmento da população brasileira submetida a um constante  
733 processo de "invisibilização". Ressaltou a importância de um diálogo entre todas as etnias e de  
734 construção de políticas públicas afirmativas, numa sociedade que historicamente excluiu  
735 populações majoritárias, como a população negra. O Conselheiro José Ribamar lembrou ainda as  
736 palavras da Ministra Matilde, ajudada pela Mãe Clara, que remontaram o cenário do que  
737 representam os quilombos e também os terreiros nesse universo de comunidades negras, não só  
738 como espaço de reprodução religiosa, mas de resistência, de reprodução sócio-política, econômica,  
739 ambiental e religiosa. O Presidente do CONSEA agradeceu, ressaltou a qualidade do debate  
740 realizado, concordou com o que foi discutido e destacou a importância de um ponto lembrado pelo  
741 representante do Ministério do Meio Ambiente, o Senhor Roberto Vizentin, que falava da  
742 Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, presidida pelo  
743 MDS e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente, que se constituiu em espaço para  
744 aprofundamento de muitas das questões colocadas no CONSEA. Encerrado esse ponto de pauta, o  
745 Presidente do CONSEA abriu espaço para pronunciamento do Conselheiro Ubiraci Dantas de

746 Oliveira, que apresentou informe sobre as negociações com seis Ministros para definir o valor do  
747 novo salário mínimo, além da redução da jornada de trabalho e também da tabela do imposto de  
748 renda. Em seguida, relatou a polêmica na sociedade brasileira acerca da desmineralização das  
749 águas em São Lourenço - MG, informando que os dirigentes da Nestlé atestaram que a questão foi  
750 sanada, mas persistiu subjetivamente essa polêmica, sugerindo ao CONSEA a formação de uma  
751 comissão para, no próximo ano, visitar *in loco* a situação. O Presidente do CONSEA agradeceu e  
752 deu início ao item relativo ao Balanço do CONSEA em 2005 e propostas para o Planejamento 2006,  
753 convidando inicialmente a Conselheira Dulce Terezinha Oliveira e Cunha para apresentar a  
754 proposta do GT Alimentação Adequada e Saudável. A Conselheira informou que o trabalho estava  
755 integrado à Câmara Temática 2 - Saúde e Nutrição, Relatando que o GT foi criado em julho de  
756 2005 e, até novembro, aconteceram sete reuniões nas quais foram discutidos e identificados o  
757 objeto e objetivo do GT, as estratégias de condução das propostas no âmbito governamental, as  
758 diretrizes gerais para 2006 e o estado de arte dessa questão no país. Em relação à análise do  
759 estado de arte, a Conselheira Dulce Cunha afirmou que várias iniciativas vinham sendo  
760 implementadas desde 2003, com participação de organismos nacionais e internacionais, dentro da  
761 estratégia global para o aumento do consumo de frutas, verduras e legumes, de forma  
762 interdisciplinar e intersetorial. Com o apoio do CONSEA e sob a liderança da Coordenação Geral de  
763 Políticas de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, foi construída uma matriz de ações e  
764 atividades intersetoriais para promoção da alimentação adequada e saudável, a qual atendeu à  
765 necessidade de articulação no espaço governamental e da sociedade civil. Esse documento foi um  
766 ponto de partida, a ser revalidado nos setores governamentais e da sociedade civil, mas foram  
767 notados pontos a serem aperfeiçoados. O Grupo identificou o uso de agrotóxicos, a questão dos  
768 transgênicos e a rotulagem de alimentos contendo transgênicos como ameaças à alimentação  
769 saudável, representando riscos para a saúde da população, para o meio ambiente e indo contra as  
770 diretrizes da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Grupo verificou um  
771 avanço da monocultura, do desmatamento, da erosão genética e do padrão tecnológico agro-  
772 químico, representando ameaçada à diversidade biológica e cultural dos biomas brasileiros; diante  
773 disso, o Grupo identificou a necessidade de um novo modelo de produção agrícola de base  
774 ecológica, com ênfase na biodiversidade agrícola. A Conselheira Dulce Cunha relatou também a  
775 discussão do Grupo sobre a cultura e a alimentação, destacando o papel do gênero na escolha  
776 alimentar. A proposta do Grupo consiste em: (1) elaboração de uma justificativa, no formato  
777 sumário executivo, sobre as razões epidemiológicas e nutricionais para o aumento do consumo de  
778 frutas, legumes e verduras aos setores governamentais e à sociedade civil; (2) elaboração de  
779 documento do Presidente do CONSEA aos Ministros, com a descrição de suas ações na matriz e  
780 solicitação de posicionamento; e (3) realização de uma reunião plenária no CONSEA com a  
781 presença do Presidente da República e dos Ministros representantes dos setores estratégicos, para

782 discussão de estratégias de articulação governamental para a promoção da alimentação adequada  
783 e saudável. Para isso, informou a representante do Grupo de Trabalho, ficou resolvido que se faria  
784 reuniões conjuntas das Câmaras Temáticas 1 e 2; e acrescentou que o Grupo identificou duas  
785 vertentes da produção agrícola, uma que defendida pelos movimentos sociais, que é a  
786 agroecológica, e outra adotada pelos setores do agro-negócio, sendo que a transição entre esses  
787 dois modelos supunha mudanças estruturais, como a Reforma Agrária e o reconhecimento de  
788 terras tradicionalmente ocupadas. Assim, o Grupo estabeleceu o consenso de que a promoção da  
789 alimentação adequada e saudável deveria estar apoiada em um modelo de produção com base  
790 ecológica e que a transição do modelo vigente de produção agrícola para o modelo proposto  
791 requeria a contribuição de vários segmentos da sociedade e dos vários setores governamentais,  
792 tendo o CONSEA como instância articuladora, ressaltando-se que o GT tinha a consciência de que  
793 essa transição não ocorreria de uma hora para outra, mas foi opção do grupo assumir essa  
794 posição política e ideológica com transparência. Assim, o documento a ser aprovado deverá  
795 apresentar diretrizes programáticas para proposição intersetorial da promoção da alimentação  
796 adequada e saudável, articulada com diversos setores de organização da política de Estado para o  
797 desenvolvimento desta ação no país. A Conselheira Dulce Cunha apresentou como objetivo geral  
798 da proposta promover a alimentação adequada e saudável, consubstanciada no modelo agrícola  
799 de base agroecológica, através do estímulo à produção agroalimentar de base familiar e dos  
800 circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos, por meio da valorização dos  
801 aspectos biológicos e simbólicos, culturais referenciados à saúde, gênero e etnia e patrimônio  
802 alimentar, a partir do fortalecimento de estratégias de desenvolvimento sustentável, construída de  
803 forma participativa com setores de governo e da sociedade civil. Outros objetivos são: incentivar o  
804 aumento do consumo de frutas, legumes e verduras na perspectiva de promoção da saúde;  
805 estimular e apoiar a produção agrícola de base ecológica, potencializada na agricultura e no  
806 extrativismo familiar, incorporando a perspectiva de gênero, geração e etnia; fomentar sistemas  
807 de distribuição e comercialização de alimentos próprios da região para a garantia da  
808 comercialização e do consumo local, com ênfase no combate ao desperdício e aproveitamento  
809 integral dos alimentos; incentivar também o resgate do patrimônio alimentar, à luz dos aspectos  
810 simbólicos e culturais da alimentação que misturam as diversas experiências do ser humano para  
811 permitir a invenção e reinvenção de práticas e comportamentos alimentares; promover ações de  
812 educação alimentar e nutricional voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável, com  
813 ênfase no incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes e na otimização do uso dos  
814 recursos alimentares; elaborar propostas para a criação, expansão e aprimoramento de programas  
815 e ações de governo federal voltados ao incentivo à produção de alimentos com base em práticas  
816 agro-ecológicas, viabilizando a transição do modelo vigente de produção agrícola para o modelo  
817 proposto; aperfeiçoar a matriz das ações governamentais voltadas a incentivar o aumento do

818 consumo de frutas, verduras e legumes, como base para o fortalecimento das iniciativas no âmbito  
819 governamental e da sociedade civil voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável;  
820 desenvolver iniciativas, no âmbito do governo e da sociedade civil, voltada à promoção, resgate e  
821 valorização dos aspectos culturais, com ênfase nas relações de gênero bem como de informação e  
822 educação, com vistas à promoção da alimentação adequada e saudável; realizar inventário sobre  
823 as ações desenvolvidas pela sociedade civil com vistas a análise destas ações para sua expansão  
824 no país. A Conselheira Dulce Cunha esclareceu que o grupo tem uma proposta de extensão dos  
825 trabalhos do Grupo até julho de 2006, informando sobre a agenda com ações de articulação  
826 institucional, com as ações principais de cada Ministério, uma proposta que aborda a transição  
827 para a agricultura de base ecológica e uma proposta de ações de Educação Alimentar e  
828 Nutricional, tendo como um dos itens a realização de um Seminário Nacional de Educação  
829 Nutricional. A representante finalizou, agradecendo o trabalho de coordenação pela Senhora  
830 Denise Oliveira, assessora da Presidência do CONSEA, e agradeceu a todos(as). O Presidente do  
831 CONSEA agradeceu e passou a palavra para a Conselheira Maria Emília Pacheco, coordenadora da  
832 Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento, que apresentou pontos do balanço feito na  
833 Câmara Temática, sendo o primeiro avanço relativo à capacidade do CONSEA ter elaborado a  
834 proposta de Lei Orgânica, reconhecida como extremamente importante, e outro relativo à  
835 capacidade de debater sobre o orçamento, bem apropriado pelo esforço feito de identificar temas,  
836 programas e entender melhor a mecânica de elaboração do orçamento e tentar influenciar. No  
837 que diz respeito especificamente à Câmara Temática 1, a Coordenadora destacou seu papel  
838 propositivo em relação a dois temas: as negociações internacionais e acordos comerciais feito em  
839 interação com a Rede Brasileira de Integração dos Povos, restando apenas dúvidas sobre as  
840 conseqüências práticas dessa proposição; e o esforço da Câmara para elaborar uma proposta de  
841 política de abastecimento, a ser discutida no dia seguinte na Plenária. Com respeito à agenda e à  
842 política de SAN, a Câmara procurou incidir e atuar em relação a temas que estão em campos  
843 conflitivos, especialmente a manifestação contra a liberação dos transgênicos e as alterações na lei  
844 de biossegurança. Um terceiro campo de atuação dessa instância foi o monitoramento do PAA, o  
845 que foi considerado também um aspecto positivo, especialmente no momento em que houve um  
846 debate envolvendo os movimentos sociais para discutir os rumos do programa e o montante de  
847 recursos. Com relação ao seu funcionamento, estrutura e dinâmica, a Câmara Temática 1  
848 manifestou insatisfação com sua pouca capacidade de influência, sendo também discutido o  
849 caráter do CONSEA e a falta de respostas em relação às Resoluções e ao fato de elas não estarem  
850 no domínio público. A Conselheira Maria Emília Pacheco reconheceu a importância da interação da  
851 Câmara com outras instâncias, como no debate que resultou na formulação da proposta sobre  
852 alimentação adequada e saudável, onde está incorporada a perspectiva da agroecologia. Diante  
853 dessa avaliação, a Câmara apresentou as seguintes propostas: (1) que haja uma audiência ou

854 interlocução periódica, mensal ou bimensal, com o Presidente da República ou com a Casa Civil,  
855 exercitando de forma antecipada a proposta contida na LOSAN de existência da Câmara  
856 Interministerial; (2) fazer divulgação pública das propostas de recomendação do CONSEA,  
857 acolhidas ou não, na sua página na *internet*, por serem de domínio público. Continuando, a  
858 Coordenadora da Câmara Temática 1 informou sobre a realização da Conferência Internacional  
859 sobre Reforma Agrária, que o Brasil sediará em março, e também sobre a Convenção das Partes  
860 da Comissão de Biodiversidade, alertando sobre as ameaças relativas à biopirataria e à anulação  
861 da moratória internacional em relação ao *terminator*, realçando ainda a importância do CONSEA  
862 em trazer o debate sobre a Reforma Agrária e biodiversidade e sua relação com a SAN e a  
863 soberania alimentar, tal qual a Conferência já reafirmou. Ela propõe a realização de reunião da  
864 câmara ampliada em fevereiro, pois entendem a importância de priorizar alguns temas e que eles  
865 sejam objeto de debate em seminários. A Câmara sugeriu que, no primeiro semestre, fosse  
866 realizado um seminário sobre o semi-árido e também a inclusão na agenda do CONSEA do tema  
867 da agroecologia, de preferência antes de junho, por ser esta a data de realização do Encontro  
868 Nacional de Agroecologia. O Presidente Francisco Menezes agradeceu e passou a palavra para a  
869 Suplente Maria Goreth Nogueira da Silva, que apresentou relato da Câmara Temática 3 – Grupos  
870 Populacionais Específicos, sobre os desafios para 2006, iniciando por abordar o Programa Bolsa  
871 Família, considerando um avanço a participação de um seminário e a constituição de um Grupo de  
872 Trabalho sobre participação e controle social, com a participação do CONSEA, cujo documento  
873 final foi apresentado numa Plenária. A representante da Câmara Temática 3 considerou que o  
874 Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS sempre atendeu e considerou as  
875 recomendações vindas do CONSEA, sendo um ponto positivo a abertura de diálogo às colocações  
876 e considerações apresentadas. Como desafio, foi apresentada a questão da documentação exigida  
877 para que a família possa ser inserida no Cadastro Único, condição de acesso ao benefício, o que  
878 era ainda mais crítico para as famílias consideradas em situação de vulnerabilidade, as quais  
879 muitas vezes não apresentam a documentação mínima, como por exemplo o registro de  
880 nascimento; por outro lado, persistiam no Programa famílias que não necessitavam de  
881 atendimento. A Senhora Maria Goreth relatou também a discussão sobre a alimentação escolar,  
882 considerando os avanços a capacitação de técnicos, gestores e conselheiros, o aumento do  
883 repasse *per capita* e o atendimento diferenciado dos quilombolas e indígenas; restou a  
884 necessidade de discutir a compra de produção da agricultura familiar, fazer pesquisa sobre a  
885 aceitação dos alimentos pelos alunos e garantir a continuidade do fornecimento da Alimentação  
886 Escolar nos casos em que a Prefeitura está inadimplente. A Representante da Câmara Temática 3  
887 relatou ainda que essa instância ainda não teve condições de desenvolver ações para atender as  
888 populações de rua e os atingidos por grandes obras, o que deve ser feito em 2006, bem como a  
889 discussão da questão de gênero. Finalmente, manifestou insatisfação com a queda da participação

890 do setor governamental dentro da Câmara Temática e informou ainda a disposição de se retomar  
891 os CONSADs – Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento, o que foi referendado por  
892 um representante do MDS, o qual manifestou disposição de retomar essa discussão. O Presidente  
893 Francisco Menezes agradeceu e informou que a Comissão Permanente 1 – Segurança Alimentar e  
894 Nutricional dos Povos Indígenas não se reuniu; que a Comissão Permanente 2 – Segurança  
895 Alimentar e Nutricional das Populações já apresentou seu balanço no período da manhã; e  
896 apresentou ele própria a proposta da Comissão Permanente 3, relativa à realização ou não da III  
897 Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Informou que o Conselho não chegou  
898 a discutir mais profundamente a questão, mas convergiu na posição de que seria prematuro  
899 realizar uma III Conferência ainda em 2006, pois seria necessário dar mais tempo para avançar na  
900 realização das resoluções da II Conferência e, conforme proposto no Encontro dos Conselhos  
901 Estaduais, que foi realizado no final de agosto e início de setembro, avaliar os avanços na  
902 implementação dessas resoluções. Assim, o Presidente do CONSEA apresentou a proposta de  
903 realizar um Encontro Nacional, ainda no primeiro semestre de 2006, que fizesse não apenas essa  
904 avaliação, mas também a elaboração de uma proposta de Política Nacional de Segurança  
905 Alimentar e Nutricional que fosse apresentada a todos os candidatos presidenciais, haja vista ser  
906 2006 um ano eleitoral. O Encontro deveria ainda deveria ser um instrumento para pressionar o  
907 Congresso Nacional para a aprovação do Projeto de Lei de Segurança Alimentar e Nutricional e  
908 também faria a convocação da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de  
909 preferência até o mês de abril de 2007. Diante disso, o Presidente do CONSEA propõe constituir  
910 uma Comissão Organizadora com três objetivos: elaborar proposta de mobilização e participação;  
911 viabilizar a organização e as finanças; e elaborar a proposta temática e metodológica do Encontro.  
912 O Presidente Francisco Menezes abordou ainda a questão da recondução dos mandatos,  
913 apresentando a proposta de prorrogação dos mandatos da sociedade civil, para o quê seria feita  
914 consulta via ofício aos atuais conselheiros quanto ao interesse pela recondução. Finalmente, o  
915 Presidente do CONSEA fez referência ao propósito do Conselho de aprofundar, em 2006, a  
916 discussão sobre os CONSEAs municipais, sua situação atual e as estratégias para seu  
917 fortalecimento. Em seguida, passou a palavra para o Conselheiro Moisés Machado, que apresentou  
918 relato da Comissão Permanente 4 - Mobilização Social, focando três pontos: (1) a Semana Mundial  
919 de Alimentação, tendo sido registrados no *site* do CONSEA cerca de duzentos eventos por todo o  
920 Brasil, com atividades como palestras, algumas práticas relativas ao aproveitamento dos alimentos  
921 e discussões sobre as portas de saída para o Bolsa Família, entre vários temas abordados; (2) a  
922 Reunião dos Conselhos de Políticas Públicas realizada no último dia 24 gerou um relatório com três  
923 documentos básicos, que serão disponibilizados para todos: a proposta de oficinas e construção de  
924 um novo relatório nacional de acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento do milênio; a  
925 proposta preliminar de que todos os conselhos trabalhem com a meta de diminuição da

926 desigualdade social; e o informe sobre o Prêmio dos ODM - Objetivos de Desenvolvimento do  
927 Milênio, para o qual feitas cerca de 900 (novecentas) inscrições, a serem avaliadas pela ENAP e  
928 pelo IPEA. A Comissão Permanente 4 discutiu também uma mobilização pelo direito humano à  
929 alimentação, focando na questão da LOSAN, fazendo-se uma variação bastante positiva da  
930 entrega do documento no Congresso Nacional, com bastante participação. O Conselheiro Moisés  
931 Machado apresentou ainda propostas de atividades da Câmara Temática 3 em 2006, incluindo  
932 uma ou duas reuniões com a Câmara Temática 3 – CONSEAs Estaduais, visando atuação mais  
933 afinada, e outras no sentido de apoio imediato para tramitação da LOSAN e para a  
934 implementação de CONSEAs Municipais. Informou ainda sobre a criação de alguns centros de  
935 referência de Segurança Alimentar e Nutricional, como os de São Paulo e Belo Horizonte, havendo  
936 a proposta de que o CONSEA promova a organização e articulação dessas experiências. O  
937 Presidente Francisco Menezes agradeceu e ressaltou que participou da reunião dos conselhos de  
938 políticas públicas e reforçou que foi identificado, nas diversas conferências, a questão do controle  
939 social como a que surgiu com mais frequência e de maneira mais forte, donde resultou a proposta  
940 de uma oficina de refinamento e depois a realização de um seminário nacional acerca do tema do  
941 controle social. O Conselheiro Naidison Baptista, coordenador da Comissão Permanente 5,  
942 Segurança Alimentar e Nutricional no Semi-árido, saudou a todos(as) e ressaltou quanto ao  
943 funcionamento geral do CONSEA, que dentro das condições dadas pela política econômica, que  
944 nem sempre favorece uma cultura de intersectorialidade, foi importante a dimensão coletiva do  
945 processo de construção da LOSAN, que envolveu todos os estados, e ainda o seminário de  
946 lançamento no Senado, que foi uma manifestação pública de importância dessa proposta. Outros  
947 aspectos positivos e importante foram: a continuidade e ampliação do Plano Safra da Agricultura  
948 Familiar, porém sem o monitoramento suficientemente; e as questões relativas à alimentação  
949 escolar, não só quanto ao aumento do valor *per capita*, mas também a discussão da qualidade e a  
950 perspectiva de que esse debate comece a acontecer também nos Estados, abordando o seu  
951 relacionamento com a alimentação saudável e com agricultura familiar, aspectos bastante  
952 positivos. O Conselheiro Naidison Baptista declarou ainda que se busca uma presença mais efetiva  
953 na construção do orçamento. Relata também a pouca representatividade da sociedade civil e uma  
954 participação fluída do governo na Comissão Permanente 5, na qual se debateu muito a questão do  
955 Rio São Francisco, porém sem conseguir enfocar a perspectiva de segurança alimentar. Em função  
956 disso, propôs, a título experimental, que a Comissão seja incorporada à Câmara Técnica de  
957 Produção e Abastecimento, sendo criado um GT, quando necessário, para viabilizar algumas ações  
958 estratégicas em relação ao semi-árido; essa incorporação fortaleceria a Câmara Técnica e, por  
959 outro lado, fortaleceria o debate do semi-árido em uma dimensão mais ampla, abordando por  
960 exemplo a Reforma Agrária, e inclusive intersectorial, quando necessário. Para isso, propôs a  
961 realização de um seminário, até maio de 2006, que enfoque a convivência com o semi-árido

962 enquanto estratégia de desenvolvimento que garanta a Segurança Alimentar e Nutricional. O  
963 Presidente Francisco Menezes agradeceu e passou a palavra ao representante da Comissão  
964 Permanente 6 - Direito Humano à Alimentação, Flávio Valente, que relatou o trabalho de análise  
965 de três políticas: o Programa Nacional de Alimentação Escolar; o Programa Bolsa Família; e a  
966 Estratégia Saúde na Família. A metodologia utilizada foi o envio de questionário aos órgãos, com  
967 discussão da resposta em reunião e posterior elaboração de recomendações. O representante da  
968 Comissão Permanente 6 informou a expectativa de convidar novamente os mesmo órgãos em  
969 2006, para verificar a implementação das recomendações. Em seguida, o Senhor Flávio Valente  
970 relatou a proposta de dar publicidade às recomendações apresentadas ao Programas e à  
971 metodologia adotada; e informou sobre a proposta de recriar o grupo responsável por pensar o  
972 sistema de monitoramento da Segurança Alimentar e Nutricional na ótica do Direito Humano à  
973 Alimentação Adequada, abrangendo a Política de Segurança Alimentar como um todo, a partir do  
974 trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Indicadores. O Presidente Francisco Menezes  
975 informou sobre a finalização da proposta de uma nova lei da alimentação escolar, o que tinha  
976 extrema importância para o CONSEA, sendo necessário mais tempo para finalizar a proposta; esta  
977 deveria ainda ser submetido ao Ministério da Educação, para que este a encaminhasse à Casa Civil  
978 e ao Governo, que remeteria a proposta para o Congresso. Em seguida, passou a palavra ao  
979 Conselheiro Malaquias Batista, que colocou a necessidade de se resgatar as deliberações da II  
980 Conferência Nacional sobre a Segurança Alimentar e Nutricional no semi-árido, visando elaborar  
981 proposta de atuação, a qual deverá contemplar quatro óticas: econômica; social, pela  
982 concentração de pobreza na região; ecológica, tendo em vista os 380 mil hectares do Nordeste em  
983 processo de desertificação; e participativa, uma vez que os problemas são tratados por grupos  
984 políticos e as ações chegam de forma acabada. Acrescentou a discussão sobre a transposição e  
985 revitalização do Rio São Francisco devem ser tratadas considerando essas dimensões. O  
986 Conselheiro Malaquias Batista informou ainda que já havia mais de quarenta municípios em  
987 situação de emergência no Piauí, vários no Rio Grande do Norte, cinquenta na Paraíba, um  
988 número considerável em Pernambuco e na Bahia, o que deveria ser acompanhado com atenção. O  
989 Conselheiro Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite considerou que uma quantidade razoável de  
990 conselheiros não estava participando ativamente das instâncias do CONSEA, nas quais são  
991 construídas as propostas, ao passo que a plenária é um espaço de consolidação e de expressão  
992 coletiva, porém insuficiente. O Conselheiro concordou com a pouca atenção dada ao Plano Safra  
993 no ano de 2005, propondo que a Câmara Temática 1 fizesse o monitoramento deste,  
994 incorporando o PAA. Finalmente, ressaltou a importância de uma melhor interlocução com a  
995 Presidência da República, com definição de responsáveis da parte desta, e a necessidade de  
996 retorno das Resoluções que são encaminhadas para análise. O Presidente do CONSEA concordou  
997 com o Conselheiro Carlos Eduardo, agradeceu à Radiobrás pela transmissão ao vivo da Reunião e

998 passou a palavra para a Conselheira Sônia Lucena, que fez referência ao Grupo de Trabalho de  
999 Monitoramento e Construção de Indicadores de Segurança Alimentar. Retomou o objetivo do  
1000 grupo, que era de construir indicadores de monitoramento e avaliação de segurança alimentar e  
1001 nutricional, e colocou os limites do instrumento de pesquisa utilizado pelo MDS, o qual, apesar de  
1002 uma série de vantagens, é baseado na percepção que as famílias têm a respeito de segurança  
1003 alimentar, de forma que não ofereceria fundamentação para modificações nas políticas. A  
1004 Conselheira Sônia Lucena registrou ainda a preocupação de que os indicadores de segurança  
1005 alimentar e nutricional não poder se ater à perspectiva de concretização de direitos humanos, pois  
1006 há outros aspectos relevantes a serem monitorados. O Presidente do CONSEA agradeceu e passou  
1007 a palavra ao Conselheiro Renato Maluf, que concordou com as palavras do Conselheiro Carlos  
1008 Eduardo Leite e informou que o Deputado Walter Barelli, relator da LOSAN, a Lei Orgânica de  
1009 Segurança Alimentar e Nutricional – PL 6047/2005, deverá apresentar parecer favorável na  
1010 Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP da Câmara dos Deputados, com  
1011 sugestões de aperfeiçoamento que aparentemente não afetariam a proposta apresentada pelo  
1012 Conselho. O Senhor Renato Maluf ressaltou a importância de se fazer um balanço das  
1013 deliberações da II Conferência e propôs eixos de intervenção conforme discutido na reunião da  
1014 Presidência do CONSEA: (1) LOSAN, com perspectiva de aprovação em 2006, propondo-se  
1015 exercitar a Câmara Intersetorial, em articulação com o Fome Zero; (2) o Balanço das Deliberações  
1016 da II Conferência; (3) o monitoramento e avaliação permanente de programas prioritários,  
1017 incluindo-se o Plano de Safra / PAA, o PNAE – Alimentação Escolar, o SISVAN e um diálogo mais  
1018 sistemático com a SESAN/MDS; e (4) novos temas, como a Alimentação Saudável, a Reforma  
1019 Agrária, o PAT e Água/Semi-Árido, além do próprio SISVAN, sendo necessário um consenso sobre  
1020 a ampliação ou não do leque de temas. Finalmente, o Conselheiro Renato Maluf apresentou  
1021 considerações sobre a dinâmica de funcionamento do Conselho, propondo ampliar o envolvimento  
1022 dos Conselheiros nos eixos apresentados, dando maior ênfase a Grupos de Trabalho, ao invés das  
1023 Câmaras Temáticas e Comissões Permanentes. O Presidente do Consea retomou a palavra e  
1024 informou sobre o coquetel de confraternização oferecido pelo Programa Cozinha Brasil, do SESI,  
1025 no final da Reunião. Passou a palavra para a Conselheira Aldenora Pereira da Silva, que colocou a  
1026 necessidade de que a questão do aleitamento materno fosse incorporada na discussão da  
1027 Alimentação Saudável e fez apelo para que o Conselho fosse um espaço de convivência  
1028 harmônica, devendo-se evitar colocações contundentes como as ocorridas no período da manhã.  
1029 O Presidente do Consea retomou a palavra e informou sobre a aprovação de uma emenda ao  
1030 Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, no Congresso Nacional,  
1031 apresentada pela bancada ruralista, que criminalizava lideranças do movimento pela Reforma  
1032 Agrária; diante do fato, propôs que se fizesse uma manifestação de repúdio do Conselho,  
1033 indicando os Conselheiros Ariovaldo Ramos e Werner Fuchs para elaborar a proposta de

1034 manifestação e submetê-la à aprovação da Plenária. O Conselheiro Ariovaldo Ramos apresentou  
1035 esclarecimentos adicionais sobre a CPMI, informando que haviam dois relatórios a serem votados,  
1036 um do deputado João Alfredo, do PSOL-CE, e outro do deputado Abelardo Lupion, do PFL do  
1037 Paraná, sendo que o primeiro trazia um diagnóstico aprofundado da situação agrária do país, ao  
1038 passo que o segundo, muito reduzido, incriminava as lideranças, qualificando-as como criminosas,  
1039 sem qualquer referência aos assassinados, perseguidos e injustiçados na luta pela terra. Em  
1040 seguida, fez uso da palavra o Conselheiro Alberto Ercílio Broch, da CONTAG, que avaliou como  
1041 muito profundas as propostas das instâncias para o planejamento, propondo ampliar o tema da  
1042 Reforma Agrária, de forma a incluir a agricultura familiar e seu papel no desenvolvimento, em  
1043 termos econômicos, sociais, o número de famílias envolvidas, os vários segmentos, a política  
1044 agrícola etc. O Conselheiro Alberto Broch acrescentou que um dos seus principais documentos do  
1045 CONSEA em 2005 foi o relativo às negociações internacionais, o qual teve uma repercussão muito  
1046 forte nas entidades da sociedade no Brasil, servindo também de referência nos movimentos sociais  
1047 da América Latina e de outros países. Informou ainda sobre a Reunião Ministerial da Organização  
1048 Mundial do Comércio – OMC, prevista para o período de 13 a 18 de dezembro, na cidade de Hong  
1049 Kong, propondo que o CONSEA solicitasse ao Governo Brasileiro que o referido documento fosse  
1050 uma referência para as suas posições e as do G20 nas negociações. O Conselheiro Alberto Boch  
1051 concluiu informando sobre o fórum da sociedade civil que ocorrerá paralelamente à programação  
1052 oficial da Conferência Internacional de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária (CIRADR),  
1053 promovida pela FAO, que acontecerá em março de 2006 em Porto Alegre. O Presidente do  
1054 CONSEA passou a palavra para o Conselheiro Suplente Adriano Martins, que manifestou  
1055 concordância com as posições dos Conselheiros Renato Maluf e Alberto Broch e ressaltou a  
1056 importância de se fazer um balanço do que considerava ser a área mais sombria dos três anos do  
1057 Governo Lula, referente às sua visão de desenvolvimento para os principais biomas brasileiros,  
1058 como o Pantanal, o Cerrado, a Caatinga e a Amazônia, nos quais as atividades priorizadas pelo  
1059 Governo foram altamente destrutivas. O Senhor Adriano Martins acrescentou que o Ministério do  
1060 Meio Ambiente corria o risco de ficar isolado na sua luta dentro do Governo por políticas mais  
1061 sustentáveis, e que necessitava de uma abordagem intersetorial, semelhante à que o CONSEA  
1062 ajudou a construir para as políticas sociais, visando definir qual a política econômica que daria  
1063 suporte ao desenvolvimento sustentável dessas regiões. Propôs que o CONSEA contribuísse para  
1064 isso, pelo seu caráter intersetorial e pela sua capacidade de convocação, e que esse debate fosse  
1065 exercitado na Câmara interministerial prevista na LOSAN. O Presidente do CONSEA passa a  
1066 palavra para o observador Flávio Valente, que informou que o relatório sobre indicadores em  
1067 Segurança Alimentar e Nutricional foi elaborado pela ótica do direito humano à alimentação,  
1068 buscando dar conta da especificidade dos grupos que normalmente ficam de fora dos cálculos  
1069 oficiais, mas para fazer monitoramento seria fundamental ter decisão política, ou seja, uma

1070 pactuação formal do Governo sobre a Política de Segurança Alimentar, os programas a serem  
1071 incorporados nessa política e os números a serem monitorados. O relatório incorporou quatro  
1072 grandes dimensões de monitoramento: (1) as políticas públicas específicas, cujas metas e  
1073 resultados serão objeto do monitoramento; (2) o orçamento; (3) a situação de Segurança  
1074 Alimentar e Nutricional da população brasileira, com foco nos segmentos mais excluídos; e (4) as  
1075 violações do direito humano à alimentação. O Senhor Flávio Valente ressaltou que não adiantava a  
1076 sociedade civil apresentar um conjunto de indicadores, se os dados não forem obtidos com  
1077 regularidade e monitorados oficialmente. Propôs que o Comitê Interministerial, como instância de  
1078 coordenação da política, faça o monitoramento, devendo-se pensar juntamente com o MDS o  
1079 encaixe institucional dessa nova estrutura. O Observador Flávio Valente registrou ainda  
1080 preocupação com a discussão no Congresso Nacional sobre a desregulamentação dos agrotóxicos,  
1081 deixando somente a cargo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA a  
1082 regulamentação da importação de agrotóxicos, o que representaria um risco enorme para o povo  
1083 brasileiro, para os trabalhadores rurais e para a qualidade dos alimentos. Em função disso, e  
1084 considerando a existência de uma Medida Provisória sobre o tema em vias de ser publicada, o  
1085 Senhor Flávio Valente propôs que o CONSEA aprovasse uma recomendação de que não fosse  
1086 alterada essa regulamentação. O Presidente Francisco Menezes fez referência à avaliação do  
1087 CONSEA em 2005 feita por ele, em caráter pessoal, a qual foi distribuída previamente aos  
1088 conselheiros. O Presidente do CONSEA ressaltou o teor positivo da avaliação, mantendo-se o  
1089 Conselho como ator político relevante, mas com possibilidade de melhorar sua atuação no sentido  
1090 de maior efetividade. Para isso, sugeriu diminuir o número de reuniões plenárias, que devem ser  
1091 momentos de resolução, e reforçar as instâncias, evitando-se o aumento do número destas e  
1092 criando grupos de trabalho com tempo determinado para a elaboração de propostas. Nesse  
1093 sentido, ressaltou como altamente positiva a proposta da Comissão Permanente de Segurança  
1094 Alimentar e Nutricional no Semi-árido de que esta fosse incorporada à Câmara Temática 1 –  
1095 Produção e Abastecimento. O Senhor Francisco Menezes defendeu, assim, uma estrutura mais  
1096 leve e que tenha foco no principal, ou seja, a apresentação de propostas e manifestações que a  
1097 serem aprovadas pelo Plenário. Finalmente, propôs que a primeira Reunião Plenária de 2006 fosse  
1098 dedicada ao planejamento do ano. Em seguida, passou a palavra para a Secretária Executiva do  
1099 MDS, que concordou com a palavra do Presidente do CONSEA e informou que, viajando pelo país  
1100 e participando de conferências estaduais de assistência social, constatou avanços na Segurança  
1101 Alimentar e Nutricional, como o debate da LOSAN através das videoconferências; a coordenação  
1102 do GT Fome Zero, onde se definem as responsabilidades dos Ministérios relativas às políticas e  
1103 ações que compõem essa estratégia; a reunião do Mercosul Social, em Montevideu, tendo como  
1104 um dos eixos para os países que integram o bloco e os associados a Segurança Alimentar e  
1105 Nutricional, sendo o Brasil a principal referência no tema; e uma maior aproximação entre os

1106 conselhos de políticas públicas nos Estados. Em relação à alimentação escolar, a Senhora Márcia  
1107 Lopes declarou que foram feitos avanços importantes, pois nos anos anteriores havia em média  
1108 mil municípios que deixavam de receber recursos por motivos de inadimplência, ausência de  
1109 prestação de contas e problemas judiciais; atualmente, reduziu-se para apenas 45 municípios  
1110 nessa situação, graças à atuação do FNDE - Ministério da Educação, com apoio do GT Fome Zero  
1111 e o referendo do CONSEA. Em relação ao controle social do Bolsa Família, a Secretária Executiva  
1112 do ressaltou que, com a nova Portaria, já se atingiu 1.600 (um mil e seiscentos) municípios que  
1113 criaram uma instância ou aproveitaram uma pré-existente. Com relação à proposta de  
1114 Monitoramento em Segurança Alimentar e Nutricional, orientou para que a Secretaria de Avaliação  
1115 e Gestão da Informação do MDS (SAGI/MDS) fosse integrada ao Grupo de Trabalho. Finalmente, a  
1116 Senhora Márcia Lopes parabenizou o CONSEA pela qualidade dos debates, das críticas e das  
1117 propostas e reforçou a proposta de se repensar o funcionamento do Conselho, na perspectiva da  
1118 aprovação da LOSAN, desejando a todos e todas um feliz Natal. O Presidente Francisco Menezes  
1119 propôs que a data da primeira reunião do CONSEA em 2006 seja 13 e 14 de março, tendo a  
1120 seguinte pauta: apresentação da proposta de projeto de lei da alimentação escolar; a  
1121 programação do Encontro Nacional e outras definições relativas a este; e o Planejamento 2006. No  
1122 entanto, ressaltou que essa data deveria ficar em aberto, pois alguns conselheiros defendiam que  
1123 ela deveria ocorrer ainda em fevereiro e também que fosse compatibilizada com o seminário  
1124 sobre Segurança Alimentar e Nutricional das populações negras. Em seguida, o Senhor Francisco  
1125 Menezes abordou a questão do término dos mandatos dos conselheiros, previsto para maio de  
1126 2006, diante do que propôs que fossem encaminhados ofícios aos atuais conselheiros consultando-  
1127 os quanto à disposição e interesse em continuar no Conselho, o que deverá ser confirmado por  
1128 escrito; a partir das respostas, a Presidência do CONSEA irá propor à Presidência da República  
1129 uma prorrogação dos mandatos até a terceira Conferência Nacional de Segurança Alimentar e  
1130 Nutricional. O Presidente do CONSEA consultou os conselheiros quanto a essa proposta, a qual foi  
1131 aprovada por unanimidade. Em seguida, apresentou a proposta de que o Encontro Nacional de  
1132 balanço das propostas da II Conferência fosse realizado no final de abril ou começo maio.  
1133 Consultou os conselheiros quanto à proposta, que também foi aprovada por unanimidade. Em  
1134 seguida, o Presidente do CONSEA submeteu à Plenária as propostas de constituição de novos  
1135 grupos de trabalho. O Conselheiro Ubiraci Dantas propôs uma visita imediata ao Município de São  
1136 Lourenço – MG, para verificar denúncia e as providências relativas à produção de água mineral por  
1137 indústria vinculada à Nestlé; essa atividade deveria ser incluída no Planejamento 2006, juntamente  
1138 com o debate sobre água e Segurança Alimentar e Nutricional. A proposta foi aprovada por  
1139 unanimidade, sendo indicados para integrar o grupo o próprio Senhor Ubiraci Dantas; os  
1140 Conselheiros Ariovaldo Ramos, Martinho Lens e Carlos Faccina; e o Conselheiro Suplente Adriano  
1141 Martins. A segunda proposta foi a constituição do Grupo de Trabalho de Indicadores e

1142 Monitoramento, apresentada previamente pelo Observador Flávio Valente; também aprovada por  
1143 unanimidade. E a terceira proposta foi a constituição da Comissão Organizadora do Encontro  
1144 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com indicação dos seguintes conselheiros da  
1145 sociedade civil: Dulce Cunha; Delzi Castro; Ana Maria Placidino; Adriano Martins; Cleísa Cartaxo;  
1146 Sillas Vieira; e Werner Fuchs. Da representação governamental, foi indicado o Assessor Especial  
1147 André Sptiz, devendo ser ainda indicados mais um representante do MDS e outros dois de outros  
1148 órgãos do Governo Federal. Em seguida, fez uso da palavra o Conselheiro Sillas Vieira, que  
1149 acrescentou à avaliação já realizada o bom trabalho realizado pela Presidência do CONSEA,  
1150 incluindo sua participação nas instâncias e em eventos nos Estados, e também o trabalho da  
1151 Secretaria do CONSEA, destacando as ausências da Sra. Eliane Azevedo e da Assessora de  
1152 Comunicação, Sra. Laura Fernandes, esta em licença maternidade. O Conselheiro Malaquias  
1153 Batista propôs que o Conselheiro Naidison Baptista fizesse o acompanhamento da estiagem no  
1154 semi-árido, colocando-se à disposição para participação de reuniões sobre o tema, se houverem. O  
1155 Presidente do CONSEA submeteu à apreciação da Plenária proposta de ofício à Presidência à  
1156 aprovação do Relatório da CPMI da Terra, apresentada pelo Observador Flávio Valente: "*Prezado  
1157 Senhor, o CONSEA, reunido em sua XIV Reunião Plenária, no dia 29 de novembro, vem manifestar sua  
1158 preocupação com a aprovação pela CPMI da Terra, nessa data, do Relatório Substitutivo que não reflete a  
1159 investigação desenvolvida pela Comissão, vira as costas para o cumprimento da Constituição Federal, no que  
1160 se refere à promoção da reforma agrária e da função social da terra, e se decide pela franca criminalização  
1161 dos movimentos sociais rurais, sem explicitar a enorme violência exercida contra os trabalhadores rurais por  
1162 grandes proprietários de terra. O CONSEA considera esta decisão do Congresso Nacional extremamente  
1163 perigosa, pois tende a incitar a violência contra a população rural e a agravar a intensidade dos conflitos já  
1164 existentes. O CONSEA conclama o Ministério Público, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a que  
1165 dediquem um tratamento prioritário e objetivo às conclusões da CPMI, no sentido da resolução dos conflitos  
1166 fundiários de forma pacífica, em respeito à Constituição. Atenciosamente, Francisco Menezes, Presidente do  
1167 CONSEA.*" O texto foi aprovado por unanimidade, dever ser encaminhado imediatamente, na forma  
1168 de ofício, ao Presidente do Senado Federal; ao Presidente da Câmara dos Deputados; ao  
1169 Presidente do Supremo Tribunal Federal; ao Procurador-Geral da República; e ao Ministro-Chefe  
1170 da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. O Presidente do CONSEA  
1171 convocou todos os conselheiros, observadores e representantes a estarem presentes no dia  
1172 seguinte, às nove horas da manhã, para a continuidade dos trabalhos. **CONTINUAÇÃO DA XIV**  
1173 **REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSEA – DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2005.** O Presidente  
1174 Francisco Menezes retomou as atividades às 9:45, convidando o Senhor João Fassarella, Sub-  
1175 Secretário Executivo do MDS, para compor a mesa, representando o Secretária do CONSEA; o  
1176 Senhor Sílvio Porto, Diretor da CONAB, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e  
1177 Abastecimento – MAPA; o Senhor Herlon Almeida, representando o Ministério do Desenvolvimento  
1178 Agrário – MDA; e o Senhor Onaur Ruano, Secretário de Segurança Alimentar do MDS. O

1179 Presidente do CONSEA anunciou também a presença, na Plenária, do Senhor Jacinto Ferreira,  
1180 Presidente da CONAB, e informou sobre a possibilidade de que o Relatório do Projeto de Lei  
1181 Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN fosse votado na Comissão de Trabalho,  
1182 Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados – CTASP, o que, se confirmado, exigiria  
1183 sua saída da Plenária. Em seguida, o Presidente do CONSEA ressaltou a importância da proposta  
1184 que foi construída ao longo dos meses, numa iniciativa do CONSEA, com a participação MAPA, por  
1185 meio da CONAB, do MDA e do MDS, passando a palavra para o coordenador do Grupo de  
1186 Trabalho, o Conselheiro Renato Maluf, para a apresentação da proposta. O Conselheiro Renato  
1187 Maluf iniciou sua exposição informando que o documento foi produzido por um grupo de trabalho  
1188 bastante numeroso, com participação de conselheiros da sociedade civil e com a contribuição de  
1189 diversos setores do Governo, tendo-se recebido uma proposta da CONAB, que elaborou um  
1190 documento bastante abrangente sobre a Política Nacional de Abastecimento, com base em um  
1191 amplo processo de discussão na empresa; e também contribuições do MDS e do MDA. Com base  
1192 nisso, foi elaborado o documento do Grupo de Trabalho, intitulado “Recomendações para uma  
1193 Política Nacional de Abastecimento Alimentar”, o qual foi discutido e aprovado na Câmara  
1194 Temática, tendo também circulado em meio eletrônico entre os conselheiros, para que todos  
1195 conhecessem o seu teor e este pudesse ser submetido à apreciação naquela Plenária. O  
1196 Conselheiro Renato Maluf ressaltou que o documento continha desafios para o CONSEA, como  
1197 instância responsável por materializar em propostas de políticas públicas os eixos, diretrizes e  
1198 prioridades que a Conferência estabeleceu. Inicialmente, o documento reforçou a importância de  
1199 que a Segurança Alimentar e Nutricional fosse assumida como uma política estratégica em relação  
1200 ao abastecimento; em segundo lugar, colocou a perspectiva de recuperar a função reguladora dos  
1201 mercados de alimentos por parte do Estado e o esforço de coordenar uma política de  
1202 abastecimento dentro de uma estratégia de construção de um modelo socialmente justo e  
1203 ambientalmente sustentável. Uma preocupação registrada nos documentos se refere à gestão de  
1204 equipamentos públicos de abastecimento, seja no sentido de criar equipamentos que não existam,  
1205 mas, principalmente, de revitalizar equipamentos que foram abandonados, deteriorados e  
1206 desvalorizados. Outra preocupação detectada foi em relação ao financiamento dos programas de  
1207 abastecimento, o que requer discutir o custo desses programas e sobretudo se admitir ou não o  
1208 recurso a subsídios, tendo em vista a necessidade de se discutir a sustentabilidade dos programas  
1209 de abastecimento. O Conselheiro Renato Maluf continuou, apresentando o objetivo geral que  
1210 deveria ser perseguido pela Política Nacional de Abastecimento Alimentar: ampliar o acesso dos  
1211 diversos segmentos da população a alimentos de qualidade, promovendo uma alimentação  
1212 adequada e saudável e a diversidade de hábitos alimentares, em simultâneo à valorização das  
1213 formas socialmente equitativas e ambientalmente sustentáveis de produção e comercialização de  
1214 alimentos, com destaque para a agricultura familiar e os pequenos empreendimentos urbanos.

1215 Ressaltou o abastecimento como o campo que está no meio do caminho entre a produção e o  
1216 acesso ao consumo; e destacou o enfoque de segurança alimentar e nutricional, tendo como  
1217 princípios básicos o direito humano à alimentação adequada e a soberania alimentar, salientando  
1218 que uma das formas de se negar esta última é a liberação comercial absoluta e a subordinação do  
1219 acesso da população aos alimentos do comércio internacional, às leis internacionais e abdicando  
1220 do exercício soberano de políticas. O Coordenador Renato Maluf prosseguiu registrando que,  
1221 conforme constava do documento, abastecimento não se resumia à gestão de fluxos, escoamento  
1222 e eficiência de equipamentos; e enfatizou como componente central da política a promoção da  
1223 diversidade de hábitos alimentares, com base na valorização das culturas, na contramão da  
1224 tendência de homogeneização e padronização desses hábitos. O documento registrou também  
1225 avaliações sobre o contexto de implementação da política: primeiro, o paradoxo da realidade do  
1226 país, que conseguiu atingir uma porção de liderança na produção e exportação de produtos  
1227 agropecuários, convivendo com a pobreza e insegurança alimentar; segundo, as mudanças  
1228 ocorridas no padrão de consumo e no perfil nutricional da população brasileira. O Coordenador do  
1229 Grupo de Trabalho colocou a necessidade de se questionar falsas contraposições entre o Estado, o  
1230 mercado e a sociedade civil, devendo o primeiro cumprir papel fundamental na regulamentação  
1231 dos mercados, dos produtos afetos à política de abastecimento e garantia de acesso a alimentos  
1232 de qualidade em quantidade suficiente, principalmente aos setores da sociedade com maiores  
1233 dificuldades, apresentando-se sugestões para se contemplar os grupos populacionais específicos,  
1234 não apenas pelo critério de renda, embora as políticas de segurança alimentar e nutricional  
1235 interessem ao conjunto da população. As diretrizes da Política Nacional de Abastecimento  
1236 Alimentar, conforme a proposta, seriam: recuperar ou recolocar o papel regulador do Estado;  
1237 priorizar pequenos e médios empreendimentos rurais e urbanos; adotar estratégias  
1238 descentralizadas e diferenciadas; acionar ações nas diferentes esferas do Governo, com destaque  
1239 para compras governamentais e para as centrais de abastecimento; implantar ações de agricultura  
1240 urbana e peri-urbana; orientar compras governamentais; e criar instâncias permanentes de  
1241 formação em gestores municipais de segurança alimentar. O Conselheiro Renato Maluf informou  
1242 ainda que o Grupo de Trabalho e a Câmara Temática concluíram que o Governo Federal deverá ter  
1243 um órgão coordenador e executor da política de abastecimento, visando assegurar a  
1244 intersetorialidade, articular as três esferas do Governo e integrar as entidades da sociedade civil.  
1245 Finalmente, afirmou que o documento apresentava uma série de proposições bastante concretas  
1246 de ações de programas prioritários com relação à produção, à distribuição, ao consumo e à  
1247 mobilização social e cidadania, trazendo uma referência ao tema dos direitos dos consumidores. O  
1248 Presidente do CONSEA agradeceu ao Conselheiro Renato Maluf e passou a palavra ao  
1249 representante da CONAB e do MAPA, Senhor Sílvio Porto, que parabenizou o trabalho de  
1250 coordenação, síntese e sistematização feito pelo Conselheiro Renato Maluf, ressaltando que a

1251 discussão no Grupo de Trabalho foi muito rica, não podendo ser toda ela sintetizada para a  
1252 Plenária. Em seguida, colocou a necessidade de se reconhecer e reafirmar que segurança  
1253 alimentar e nutricional deve ser entendida como estratégia de desenvolvimento, o que requer uma  
1254 mudança na formatação das políticas e programas no sentido de valorizar a sociedade e o Estado  
1255 brasileiros, reconhecendo que cada povo tem o direito de estabelecer as suas premissas quanto à  
1256 alimentação, à economia e a outros pressupostos de convivência social. O Senhor Sílvio Porto  
1257 destacou também a noção de que a economia precisa de regulação, em contraposição à idéia de  
1258 "Estado mínimo" e ponderou que, como se aproximava o início do último ano de Governo, as  
1259 possibilidades de implementação da proposta eram muito pequenas, ficando esta como deixando  
1260 contribuição e legado a ser adotado no futuro. O representante da CONAB destacou também a  
1261 questão federativa, considerando que o abastecimento alimentar não pode ser entendido como um  
1262 sistema único, nem como simples repasse de recursos, mas sim de interação entre os governos  
1263 federal, estaduais e municipais, com avanços jurídicos e de regulação. A União tem papéis  
1264 específicos, devendo atuar no fortalecimento das capacidades de execução de políticas dos entes  
1265 dos outros níveis, bem como em políticas de estoques reguladores, o que requer infra-estrutura,  
1266 logística e armazenamento. O Senhor Sílvio Porto ressaltou a importância estratégica da regulação  
1267 dos mercados, citando o processo de concentração no mercado varejista, ou seja, o controle do  
1268 grande mercado de alimentos no país por quatro grandes redes de supermercados multinacionais,  
1269 passando ao largo de qualquer controle público. Com relação ao mercado atacadista, citou o início  
1270 do processo de articulação entre União e Estados, por meio da direção das Ceasas, com o objetivo  
1271 de reconstituir um sistema de informação do mercado de hortigranjeiros e de padronização e  
1272 qualidade dos produtos, incluindo o controle de agrotóxicos, o que é uma questão importantíssima  
1273 em termos de segurança alimentar. No entanto, as Ceasas, completamente desestruturadas,  
1274 precisarão de investimento público e capacitação em tecnologia de informação. Com relação ao  
1275 mercado institucional, o Diretor da CONAB relatou as dificuldades para se avançar em relação à  
1276 inclusão de produtos oriundos da agricultura familiar e do agroextrativismo na alimentação  
1277 escolar, o que colocava a necessidade de se repensar o modelo e a estrutura do programa, no  
1278 sentido de que a União venha a exigir contrapartidas de Estados e Municípios em relação aos  
1279 recursos por ela repassados. Ao efetivar o acesso à alimentação, a Política Nacional de  
1280 Abastecimento Alimentar viria complementar a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional  
1281 – LOSAN, cujo foco é o direito à alimentação. O Senhor Sílvio Porto destacou ainda outro  
1282 componente dessa Política, que deve ser a revisão do direcionamento do crédito rural, quanto à  
1283 concentração em poucos produtos, o que tem gerado concentração e exclusão; quanto ao modelo  
1284 tecnológico, mediante o controle vigoroso do uso de agrotóxicos e a viabilização, por meio dos  
1285 financiamentos, da conversão para sistemas agroecológicos; e quanto ao redirecionamento dos  
1286 recursos do crédito para a estruturação de um grande programa de extensão rural e para a

1287 comercialização. Em seguida, o representante do MDA, Senhor Herlon Almeida, apresentou seus  
1288 comentários, iniciando por parabenizar o Conselheiro Renato Maluf pela perseverança com que  
1289 cobrou de todos as contribuições para o documento. Manifestou concordância com as colocações  
1290 do representante da CONAB, lembrando apenas lembra que o Pronaf já dispunha de uma  
1291 modalidade voltada à agroecologia, propiciando 30% a mais nos valores financiados, embora se  
1292 reconheça que isso seria ainda insuficiente. Com relação ao documento, o representante do MDA  
1293 solicitou a substituição do termo "pequeno agricultor" por "agricultor familiar e assentados da  
1294 reforma agrária". Acrescentou que, para o MDA, a proposta tinha muita importância e deveria ter  
1295 desdobramentos na ação governamental, informando que o Pronaf conseguiu extrapolar a atuação  
1296 no crédito rural, abrangendo também o seguro rural e a assistência técnica, devendo se fortalecer  
1297 a comercialização pro meio do PAA. O objetivo geral é garantir que os agricultores familiares e  
1298 assentados da reforma agrária sintam-se protegidos por uma rede federativa, com ações federais,  
1299 estaduais e municipais voltadas a efetivar o acesso ao destes aos mercados, o que condiciona o  
1300 sucesso das outras políticas públicas. Com relação à alimentação escolar, o Senhor Herlon Almeida  
1301 considerou que as atenções ficavam muito focadas no aparato jurídico e normativo, enquanto se  
1302 deveria pensar nessa ação, bem como nas demais compras governamentais, como instrumento de  
1303 desenvolvimento local, o que requeria avanços legislativos, caso contrário não se terá feito a "lição  
1304 de casa"; não bastava deixar isso a cargo somente dos conselhos de alimentação escolar e das  
1305 prefeituras. Com relação à questão federativa, o representante do MDA alertou que não bastavam  
1306 discursos, mas também recursos para estimular os estados e municípios e fazê-los compreender  
1307 que o tema do abastecimento alimentar requeria políticas públicas e marcos regulatórios.  
1308 Acrescentou que o Consea poderia ter papel de dinamizador de políticas de proteção ao pequeno  
1309 varejo, incluindo o microcrédito e a orientação, o que permitiria a esse setor fazer frente à grande  
1310 concentração no setor varejista. O Senhor Herlon Almeida concluiu seu pronunciamento afirmando  
1311 que a elaboração do documento foi um passo extremamente importante, demarcador de vontade  
1312 política do Conselho, restando a necessidade de que o Governo tome a iniciativa de se constituir  
1313 um Grupo que promova a articulação das diferentes ações, com participação da sociedade civil.  
1314 Em seguida, fez uso da palavra o Senhor Onaur Ruano, Secretário de Segurança Alimentar do  
1315 MDS, que afirmou ser esse mais um processo de construção coletiva que o Consea coordenou,  
1316 continuando o processo de aperfeiçoamento das articulações das políticas, como o crédito rural,  
1317 alimentação e nutrição, alimentação escolar, produção, comercialização e distribuição de  
1318 alimentos. O Secretário Onaur Ruano destacou a necessidade de se resgatar o papel do estado,  
1319 conforme o documento apontou, o que tem sido feito, por exemplo, pelo processo de recuperação  
1320 da estrutura e dos equipamentos da Conab, já iniciado; e pelo Programa de Aquisição de  
1321 Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, um dos mais importantes do MDS, efetivamente um  
1322 programa de sucesso, atuando pela articulação entre a produção e o consumo, sendo a Conab um

1323 parceiro fundamental desse programa, em âmbito nacional. O Secretário colocou a necessidade de  
1324 que a equidade seja o pilar das políticas pelas quais o Estado atue nos mercados, fazendo  
1325 regulação de preços, como tem sido feito para o PAA, cujo público é, numa ponta, o agricultor  
1326 familiar nos termos do Pronaf, e na outra ponta, famílias em situação de insegurança alimentar,  
1327 as que necessitam de apoio do Estado para ter atendido o seu direito fundamental de acesso à  
1328 alimentação. Os subsídios implícitos ao PAA, na modalidade Leite, viabilizam um preço para os  
1329 agricultores familiares superior ao do mercado, numa intervenção eu busca garantir a equidade.  
1330 Com relação à alimentação escolar, o Secretário de Segurança Alimentar afirmou que essa política  
1331 deve ter não apenas o papel de promover o desenvolvimento local e as compras da agricultura  
1332 familiar, mas também de aumentar a qualidade dessa alimentação, incluindo produtos orgânicos,  
1333 entre outros. Acrescentou que a Política Nacional de Abastecimento Alimentar deve ser  
1334 componente central da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo que a  
1335 estrutura comercial privada, como rede de armazenamento e abastecimento, deve ser considerada  
1336 e articulada à política geral, que deverá contar ainda uma rede de órgãos e equipamentos dos  
1337 governos federal, estaduais e municipais, tendo a Conab um papel fundamental na articulação e  
1338 execução dessa política. O Secretário Onaur Ruano finalizou afirmando que o Consea mais uma  
1339 vez conseguiu cumprir o seu papel de articular conhecimento, saberes e iniciativas na construção  
1340 coletiva de propostas para o Governo, visando sempre a segurança alimentar e nutricional e a  
1341 melhoria da qualidade de vida das pessoas. O Presidente Francisco Menezes retomou a palavra e  
1342 informou que a LOSAN não entraria em discussão na Comissão de Trabalho, Administração e  
1343 Serviço Público – CTASP da Câmara dos Deputados naquela data, pois não chegou a ser inscrita a  
1344 tempo, mas poderia entrar na pauta da próxima reunião; e informou também a possibilidade de  
1345 que o relator do Projeto nessa Comissão, o Deputado Walter Barelli, viesse ao Plenário. Informou  
1346 também que o Consea já havia remetido a nota de repúdio às decisões tomadas pela CPMI da  
1347 Terra, conforme decidido na véspera. Em seguida, deu início aos debates sobre a proposta de  
1348 Política Nacional de Abastecimento, passando a palavra para a Senhora Adriana Aranha,  
1349 representante do MDS, que iniciou elogiando o documento e dizendo que o Conselho estava  
1350 criando consensos importantes em torno do tema, o que será muito produtivo na busca da  
1351 segurança alimentar. A Representante do MDS destacou que o documento quebrou alguns  
1352 paradigmas na área de abastecimento, que são fundamentais, e destacou as seguintes questões:  
1353 (1) o mercado sozinho não consegue resolver o problema de abastecimento, quanto à garantia de  
1354 consumo sustentável com qualidade adequada e com regularidade, e quando foi para pauta do  
1355 Governo a discussão de implantação de políticas locais de segurança alimentar, não ficou muito  
1356 claro do que se tratava, pois as pessoas achavam que se implantar restaurantes populares era  
1357 retrocesso no sentido da estatização, e posteriormente se constatou que estes reduziam o custo  
1358 da alimentação; (2) a questão de disponibilidade versus acessibilidade, uma vez que o problema

1359 do abastecimento é de acessibilidade, a qual depende de disponibilidade, mas não se resume  
1360 nesta, sugerindo assim que se substituísse a palavra disponibilidade por acessibilidade na página 3  
1361 do documento; (3) quando se colocou, na página 7, que as ações públicas de abastecimento  
1362 devem conferir prioridades às populações de renda até cinco salários mínimos, sugere retirar a  
1363 referência a ser este o público de políticas sociais compensatórias, pois essa abordagem tende a  
1364 reduzir a importância das demais políticas e excluir a noção de direitos; (4) o documento deve  
1365 deixar mais clara a relação entre a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e a Política  
1366 Nacional de Segurança Alimentar, considerando o contexto de construção desta; (5) o documento  
1367 deve esclarecer quais são os equipamentos de abastecimento e apresentar um diagnóstico preciso  
1368 sobre estoques de segurança alimentar e sobre os desafios internacionais, incluindo-se propostas  
1369 de ação. O Conselheiro Werner Fuchs considerou que a Política Nacional de Abastecimento  
1370 Alimentar não requeria uma nova legislação para ser implantada, ressaltando-se os gargalos na  
1371 alimentação escolar, e que isso permitia agilidade, ficando apenas na dependência dos órgãos de  
1372 governo. Acrescentou que um ponto que merecia preocupação era a interface com o controle  
1373 social e a sociedade civil, havendo detalhamento de alguns aspectos no documento, mas havendo  
1374 necessidade de complementar e especificar como seria a participação da sociedade civil,  
1375 incluindo-se o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, conselhos estaduais e  
1376 municipais, associações, redes de agroecologia etc. A Conselheira Zilda Arns cumprimentou o  
1377 Coordenador do Grupo de Trabalho, Renato Maluf, pelo documento, afirmando ter gostado muito,  
1378 e abordou sua experiência na Pastoral da Criança, com atuação em cerca de trinta e nove mil  
1379 comunidades pobres do país, em áreas urbanas e rurais. Destacou a necessidade de valorizar a  
1380 autonomia dessas comunidades, pois muitas vezes as políticas não têm ressonância em função por  
1381 não considerar as características e demandas locais, como no caso de Dourados, em que se  
1382 distribuiu cestas básicas mas muitas famílias não tinham condições para preparo dos alimentos e  
1383 queriam assistência técnica para a produção agrícola. Citou projeto no Rio de Janeiro de plantio de  
1384 hortaliças aproveitando pequenos espaços, também se registrando a falta de assistência técnica. A  
1385 Conselheira Zilda Arns ressaltou a necessidade de se levar sério a valorização da agricultura  
1386 familiar e das micro e médias empresas, enfatizando a importância da capacitação para a gestão e  
1387 o controle social, com descentralização para as pequenas comunidades, no sentido da sua  
1388 autonomia. A representante do FNDE - Ministério da Educação, Albaneide Peixinho, afirmou que o  
1389 Governo vinha atuando no sentido de garantir a compra da produção dos agricultores familiares  
1390 pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, mas esbarra-se nos entraves legais, o que  
1391 demandaria discussões mais aprofundadas. A legislação define que o repasse só pode ser feito  
1392 para Estados e Municípios, mas isso não seria impedimento para a compra de produtos da  
1393 agricultura familiar, estando em andamento de capacitação dos conselheiros de alimentação  
1394 escolar que já atingiu cerca de quatro mil pessoas, com participação de agentes envolvidos, como

1395 as organizações de agricultores familiares e lideranças indígenas e quilombolas. A representante  
1396 do FNDE informou que os Conselhos de Alimentação Escolar podem definir os produtos a serem  
1397 adquiridos, o que vinha gerando polêmicas com a indústria de alimentos; periodicamente,  
1398 sorteiam-se trezentos municípios que devem enviar suas notas fiscais, as quais são avaliadas pelo  
1399 FNDE para verificar se estão destinando 70% dos recursos para a compra de produtos básicos,  
1400 sendo determinada a devolução dos recursos ou sua reposição pela Prefeitura, caso esta condição  
1401 não seja atendida. Relatou ainda a orientação para que os nutricionistas elaborem cardápios que  
1402 prevejam produtos conforme a disponibilidade em cada época do ano, e não de um mesmo  
1403 produto para o ano todo, o que permitiria a compra de produtos sazonais, com participação dos  
1404 agricultores familiares. A Senhora Albaneide Peixinho informou ainda a possibilidade de mudanças  
1405 na regulamentação do PNAE via resolução para questões como a venda de produtos mediante  
1406 Nota do Produtor e o CPF deste, mesmo sem Nota Fiscal. Outra iniciativa relatada foi a criação de  
1407 uma Comissão composta pelo MDS, Ministério da Saúde e ANVISA para tratar do controle e da  
1408 qualidade nutricional da alimentação escolar, mediante análise laboratorial dos produtos servidos  
1409 em municípios visitados pelos técnicos, de forma a verificar a qualidade nutricional e o  
1410 atendimento a 15% das necessidades nutricionais diárias das crianças. A Senhora Albaneide  
1411 Peixinho concluiu afirmando que persiste a necessidade de discussão mais ampla da Lei 8.666 e  
1412 da Lei do PAA, no âmbito das procuradorias jurídicas. O Conselheiro Alberto Ercílio Broch, que  
1413 parabenizou pelo documento e destacou questões que seriam, a seu ver, as "espinhas dorsais" do  
1414 documento, em especial o papel do estado, registrando ter dúvidas sobre a efetiva regulação dos  
1415 mercados e revisão dos subsídios sem mobilização social e pressão, pois isso contraria interesses  
1416 relativos ao papel a ser desempenhado pelo Estado Brasileiro. Concluiu, insistindo quanto à  
1417 necessidade de reforçar a importância de um modelo de produção baseado na agricultura familiar  
1418 e na reforma agrária. A Conselheira Christiane Gasparini Araújo Costa registrou que sentiu falta no  
1419 documento do tema do desperdício em toda a cadeia agro-alimentar, propondo que sejam  
1420 discutidas ações de combate ao desperdício, tanto na produção quanto no consumo. O  
1421 Representante do MMA, Senhor Roberto Vicentin, ressaltou que o documento chamava a atenção  
1422 de que a Política Nacional de Abastecimento Alimentar extrapolava o sentido estrito do acesso a  
1423 bens físicos, englobando um conceito e uma concepção relacionada à alimentação como um todo,  
1424 considerando o modo como os indivíduos e as famílias se apropriavam dos alimentos e incluindo a  
1425 água, o ar puro e demais elementos que constituem o ambiente como parte desse conceito mais  
1426 amplo de alimentação saudável. Diante disso, sugeriu convidar os Ministros Roberto Rodrigues, da  
1427 Agricultura; Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário; Marina Silva, do Meio Ambiente; e  
1428 Patrus Ananias, do MDS, fossem convidados para um debate do Consea a fim de discutir uma  
1429 mudança do padrão e do modelo de desenvolvimento. O Conselheiro Edmar Gadelha solicitou  
1430 alguns esclarecimentos por parte dos elaboradores da proposta em relação à questão do

1431 financiamento da comercialização, ou seja, se esta seria voltada aos estoques reguladores ou à  
1432 distribuição de alimentos. Essa questão deverá ser considerada no documento, segundo o  
1433 Conselheiro, porque não existia o crédito de comercialização no âmbito da agricultura familiar,  
1434 apenas o crédito produtivo, para custeio ou investimento, o que seria assunto a ser discutido no  
1435 âmbito do Pronaf, bem como as questões do agente financeiro, da regulamentação e da  
1436 universalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. O Conselheiro Éldio Bonomo  
1437 também parabenizou a equipe que elaborou o documento e considerou que as diretrizes para a  
1438 promoção da alimentação adequada e saudável, em fase de elaboração por outro Grupo de  
1439 Trabalho conforme apresentado na véspera, deverá ter uma intercessão com a proposta de  
1440 Política Nacional de Abastecimento Alimentar. Informou ainda que a Câmara Temática 1 discutiu a  
1441 questão dos transgênicos e da agroecologia, onde se manifestou discordância em relação à  
1442 proposta de delegar exclusivamente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –  
1443 MAPA os poderes para autorização de registros de agrotóxicos. O Conselheiro Éldio Bonomo  
1444 finalizou, registrando que os nutricionistas não podiam continuar desconsiderando a questão dos  
1445 agrotóxicos na avaliação da qualidade dos alimentos e da alimentação adequada. O Presidente do  
1446 CONSEA acrescentou questões que extrapolam o mérito do documento, a partir das contribuições  
1447 colocadas, como a Lei das Licitações e outras regulamentações que representavam barreiras. Em  
1448 seguida, o Secretário Onaur Ruano considerou que as intervenções apresentadas tiveram sentido  
1449 de complementação e aperfeiçoamento, sem divergências de fundo em relação ao documento.  
1450 Com relação à possibilidade do PAA ser universalizado, afirmou que deveria se considerar que o  
1451 PAA não é programa de política agrícola nem de distribuição de alimentos, mas voltado a  
1452 estabelecer a vinculação entre produção e consumo; universalizar, significaria, assim, atender por  
1453 completo todos os agricultores familiares com produtos para vender, e ainda toda a população em  
1454 situação de insegurança alimentar, o que seria inviável até o fim do Governo, em função dos  
1455 limites orçamentários; por outro lado, o Programa vinha crescendo, havendo, assim, possibilidade  
1456 de universalização. O Representante do MDA, Senhor Herlon Almeida, considerou que as questões  
1457 colocadas em relação ao PNAE não foram críticas, pois se reconheceu a importância das iniciativas,  
1458 sendo no entanto necessário repensar o Programa por dois vieses: a alimentação saudável e o  
1459 desenvolvimento local; a partir dessa definição, deve-se ajustar o marco regulatório e as ações dos  
1460 órgãos envolvidos. Em relação à agricultura urbana, referida pela Conselheira Zilda Arns,  
1461 considerou um assunto importante, considerado no texto, demandando instrumentos específicos e  
1462 o planejamento nos níveis municipal e regional. O Representante do MDA fez referência também à  
1463 questão da universalização da política de comercialização dos produtos da agricultura familiar, o  
1464 que cria bases para que o MDA avance no Pronaf Comercialização. Considerou o PAA um  
1465 instrumento importante, porém não dá conta da universalização, haja vista a disponibilidade de  
1466 recursos prevista para 2006, muito aquém do valor a ser financiado e mais ainda do valor da

1467 produção. Um atendimento universal só seria possível numa perspectiva de complementaridade  
1468 entre o PAA e o Pronaf Comercialização, o que será possível com a integração do MDA como  
1469 membro do Grupo Gestor do PAA. O representante do MDA afirmou ser essa a expectativa do  
1470 Ministério, esperando ainda que o Consea, junto com os movimentos sociais da agricultura familiar  
1471 e dos assentados da reforma agrária, consigam que esse Governo viabilize mais essa conquista  
1472 para a agricultura familiar brasileira. O Diretor da CONAB, Senhor Sílvio Porto, concordou com as  
1473 colocações da Conselheira Zilda Arns, quanto ao grande impacto que podem ter pequenas montas  
1474 de recursos destinados às comunidades, e também quanto à importância da capacitação, que  
1475 deverá ser incorporada ao PAA, acoplada à assistência técnica e à oferta de capital de giro para as  
1476 organizações, visando alavancar empreendimentos econômicos e sociais. Reafirmou o desafio de  
1477 transformar esse Programa em uma política, sendo necessário que os movimentos sociais  
1478 coloquem a comercialização em sua agenda política, para que se efetive a ampliação dos recursos,  
1479 o que é condição para se pensar na universalização. O representante da CONAB afirmou ainda,  
1480 com relação à universalização, que o Pronaf deverá atender a cerca de dois milhões de  
1481 estabelecimentos, restando outros dois milhões sem atendimento e para os quais se deverá buscar  
1482 alternativas, uma vez que não se viabilizou a substituição da modalidade Compra Antecipada do  
1483 PAA, e também considerando que esse público não-atendido é composto justamente pelos  
1484 segmentos mais marginalizados, como os indígenas e quilombolas. O Conselheiro Renato Maluf  
1485 agradeceu os elogios recebidos em relação ao documento e disse que o seu papel principal foi o  
1486 de aglutinar um conhecimento que existe no país e que estava desarticulado, sendo que boa parte  
1487 das pessoas presentes à Plenária compartilhava esse conhecimento. Em relação às colocações,  
1488 não observou nada que contestasse seu mérito, mas sim várias e muito boas contribuições no  
1489 conteúdo, visando seu aprimoramento. O Conselheiro Renato Maluf registrou a ausência, no  
1490 documento, da questão dos consumidores, que é uma das principais falhas de representação da  
1491 sociedade civil na composição do Consea. Com relação à participação e controle social, colocada  
1492 pelo Conselheiro Werner Fuchs, considerou que essa questão está presente no documento, porém  
1493 não foi suficientemente desenvolvida, talvez porque não estar ainda claro, mas ficará registrada.  
1494 Para finalizar o documento, o Conselheiro Renato Maluf propôs que todos que quisessem  
1495 enviassem em meio eletrônico as suas contribuições até o final da semana seguinte; em seguida,  
1496 fará a sistematização e disponibilizará a nova versão, para a conferência final pelos conselheiros; e  
1497 uma vez pronto o documento, este seria encaminhado às organizações e movimentos sociais e  
1498 seria iniciado o debate no interior do Governo. O Conselheiro Werner Fuchs concordou com os  
1499 encaminhamentos propostos e acrescentou que deveria se recomendar a implantação gradual da  
1500 política, nos termos constantes da página 15 do documento, acrescentando-se o debate da  
1501 proposta nos diversos fóruns, aglutinando os órgãos ligadas aos temas, como a Conab, o MDS e o  
1502 MDA. O Presidente do CONSEA colocou a necessidade de cuidar da correlação de forças para

1503 poder implantar a nova política, sendo necessário promover o diálogo com os movimentos sociais  
1504 e fazendo um novo debate a esse respeito, dentro do CONSEA, trazendo as diversas visões  
1505 existentes no Governo, devendo essa questão ser considerada dentro do Planejamento 2006 do  
1506 CONSEA e compatibilizada com o que está previsto no Projeto de Lei Orgânica de Segurança  
1507 Alimentar e Nutricional. Em seguida, o Presidente Francisco Menezes deu início ao item relativo  
1508 aos encaminhamentos das instâncias, passando a palavra à Coordenadora da Câmara Temática 1  
1509 – Produção e Abastecimento, a Conselheira Maria Emília Pacheco, que informou o debate a  
1510 respeito da questão dos agrotóxicos, a partir da proposta oriunda do “tratoração”, uma  
1511 manifestação de grande proprietários no início do ano, de flexibilização da legislação de controle  
1512 dos agrotóxicos. A Coordenadora afirmou que a legislação vigente no Brasil é das mais avançadas,  
1513 sendo imprescindível evitar retrocessos em relação aos mecanismos de controle existentes. Em  
1514 função disso, a Câmara Temática 1 formalizou uma proposta de Recomendação para que não  
1515 sejam feitas alterações nessa lei, tendo em vista três grandes riscos, conforme o texto proposto,  
1516 qual seja: *"O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, no uso de suas*  
1517 *atribuições legais definidas no Artigo 2º. do Decreto nº. 5.079, de 12 de maio de 2004, com base Aem*  
1518 *proposição apresentada pela Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento e considerando a proposta de*  
1519 *Medida Provisória elaborada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento*  
1520 *Rural da Câmara dos Deputados e que altera a Lei 7.802 de 11 de Julho de 1989 que dispõe sobre os*  
1521 *agrotóxicos; considerando que o Estado brasileiro tem obrigação de respeitar, proteger e promover os*  
1522 *Direitos Humanos à Alimentação Adequada, Saúde e Meio Ambiente, previstos na legislação brasileira e*  
1523 *assegurados nos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Governo Brasileiro, em especial*  
1524 *o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; considerando que a Constituição Federal*  
1525 *Brasileira em seu artigo 225, § 1º atribuiu ao Poder Público a obrigação de controlar a produção, a*  
1526 *comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a*  
1527 *qualidade de vida e meio ambiente, no que se inclui o controle dos produtos fitossanitários; considerando*  
1528 *que a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre produtos fitossanitários e outros produtos,*  
1529 *instituiu a exigência de que os mesmos sejam previamente registrados para fins de produção, importação,*  
1530 *exportação, comercialização e utilização, atendidas as diretrizes e exigência dos órgãos federais*  
1531 *responsáveis pelos setores da saúde, da agricultura e do meio ambiente; considerando que os interesses*  
1532 *relacionados à promoção do Livre Comércio no interior do Bloco Mercosul ou de qualquer outro Acordo*  
1533 *Internacional não podem, simplesmente, ignorar os potenciais efeitos nocivos dos produtos agrotóxicos*  
1534 *sobre o meio ambiente e sobre a saúde da população; Considerando que o Artigo 50 do Tratado de*  
1535 *Montevideu respalda os Estados na medida em que prevê que nenhuma disposição do Tratado pode ser*  
1536 *interpretada como impedimento à adoção e ao cumprimento de medidas destinadas "à proteção da vida e*  
1537 *saúde das pessoas, animais e vegetais"; considerando que é inaceitável para a sociedade civil brasileira que*  
1538 *– "o registro de agrotóxicos equivalentes ou genéricos, inclusive a identificação de equivalência, será de*  
1539 *competência exclusiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dispensado, o exame de*  
1540 *exigências relativas às áreas de saúde e meio ambiente"* conforme solicitado pelos grandes produtores rurais  
1541 no inciso 1 do artigo 3º da proposta de medida provisória, o que coloca em risco o direito humano à

1542 *alimentação, à água e ao meio ambiente da população brasileira; considerando que a Sociedade Civil, em*  
1543 *Carta enviada ao Ministro da Agricultura e a Ministra Chefe da Casa Civil em Setembro de 2004, manifestava*  
1544 *sua posição contrária à flexibilização da Legislação de Agrotóxicos em vigor, uma vez que esta constitui-se*  
1545 *em um instrumento importante para minimizar ou impedir decisões contrárias à segurança, ao bem-estar e*  
1546 *interesses da população brasileira; RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República: (1) que*  
1547 *não seja realizada nenhuma alteração na Lei nº 7.802 de 11 de Julho de 1989, conforme proposto na*  
1548 *Medida Provisória nº 3, elaborada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento*  
1549 *Rural da Câmara dos Deputados, uma vez que a simplificação do processo de registro de agrotóxicos*  
1550 *equivalentes ou genéricos, sem a devida avaliação toxicológica ou ecotoxicológica que hoje são efetuadas no*  
1551 *Brasil, representa um retrocesso sem precedentes, um grave risco ao meio ambiente e uma violação do*  
1552 *Direito Humano à Alimentação e à Água; (2) que o Governo não ceda às pressões do setor do agronegócio e*  
1553 *dos países que integram o Mercosul para a flexibilização da Legislação de agrotóxicos Brasileira, uma vez*  
1554 *que, na vigência da atual legislação, é impeditivo ao Brasil a aceitação de produtos oriundos dos demais*  
1555 *países do bloco que possuem critérios de avaliação para produtos agrotóxicos extremamente diferenciados;*  
1556 *e (3) que seja mantida a exigência de participação dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente no*  
1557 *processo de aprovação e registro de agrotóxicos e produtos afins. A eliminação da participação dos setores*  
1558 *da saúde e meio ambiente se configuraria em um inegável retrocesso por parte do governo brasileiro na*  
1559 *medida em que a tendência mundial tem sido exatamente no sentido de garantir, cada vez mais, a*  
1560 *participação destes setores nos assuntos concernentes ao tema." O Presidente Francisco Menezes*  
1561 *consulta os conselheiros e representantes quanto à proposta, a qual é aprovada por unanimidade,*  
1562 *informando que cópia da Recomendação seria encaminhada à Comissão de Meio Ambiente da*  
1563 *Câmara dos Deputados. Em seguida, o Presidente do CONSEA informou sobre a reunião com os*  
1564 *coordenadores de instâncias realizada antes do início da Plenária, na qual se concluiu pela*  
1565 *necessidade de realização de uma Plenária em fevereiro, no dia 17, antecedida por reuniões das*  
1566 *instâncias. Outro ponto importante é fazermos uma avaliação a partir da plenária realizada por*  
1567 *conter alguns erros de encaminhamentos. Em seguida, apresentou a avaliação de que a Plenária*  
1568 *foi muito positiva, faltando, no entanto, ter enfatizado a necessidade de que as Câmaras*  
1569 *Temáticas apresentassem seus posicionamentos ao Presidente da República, o que foi solicitado*  
1570 *por meio eletrônico mas não foi reiterado, o que resultou no problema de que duas Câmaras não*  
1571 *se pronunciaram. Para corrigir esse problema, o Presidente Francisco Menezes colocou a*  
1572 *preocupação de não se hierarquizar as instâncias, mesmo que estas tivessem natureza diferentes;*  
1573 *e ressaltou a necessidade de um melhor processo de preparação nas próximas ocasiões e propôs*  
1574 *que fossem realizadas reuniões com os coordenadores das instâncias, para que estes*  
1575 *participassem do planejamento das atividades do Conselho, devendo a primeira reunião ocorrer no*  
1576 *próximo dia sete de fevereiro. O Presidente do CONSEA assumiu um outro erro, de não ter*  
1577 *percebido que havia uma discussão trazida pela Comissão Permanente de Segurança Alimentar e*  
1578 *Nutricional das Populações Negras, para a qual deveria ter sido dado espaço para pronunciamento*  
1579 *direto ao Presidente da República. Em seguida, consultou o Plenário quanto às propostas de*

1580 realização da Plenária no dia 17 de fevereiro; de reunião dos coordenadores das instâncias e da  
1581 Comissão Organizadora do Encontro Nacional nos dias sete e oito desse mês; e de realização de  
1582 uma primeira reunião dessa Comissão, no dia 16 de dezembro, com aqueles que tivessem  
1583 disponibilidade de participar; as propostas foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, a  
1584 representante do MDS, Senhora Adriana Aranha solicitou que fossem alterados, no site do Consea,  
1585 os nomes das comissões, e que se atualizasse a composição destas. O Observador Flávio Valente  
1586 informou ser um dos representantes do CONSEA na Câmara de Projetos da Carteira Indígena e  
1587 relatou sua preocupação com a possibilidade de não ter recursos adicionais ainda em 2005 para  
1588 atender à demanda existente, e de não se garantir os recursos necessários para 2006.  
1589 Continuando, considerou a sobrecarga de atividades da coordenadora da Comissão Permanente 1  
1590 – Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, a Conselheira Azelene Kaingang, e  
1591 propôs que o CONSEA incluísse a participação de outras cinco lideranças indígenas nessa Comissão  
1592 e na Plenária. A Conselheira Ana Lúcia Pereira manifestou-se em apoio à proposta, com base na  
1593 experiência de criação da Comissão Permanente 2 – Segurança Alimentar e Nutricional das  
1594 Populações Negras, o que aumentou a participação de conselheiros nos debates do tema. O  
1595 Presidente Francisco Menezes propôs que se buscasse discutir melhor a questão e se tomasse a  
1596 decisão com mais calma posteriormente, tendo em vista que a Plenária estava um pouco  
1597 esvaziada. A Conselheira Sônia Lucena afirmou não ter dúvidas da importância da proposta  
1598 apresentada, mas ponderou que esta deveria ser discutida mais profundamente, para não  
1599 privilegiar alguns grupos em detrimento de outros; e que se deveria manter os suplentes  
1600 atualizados, para permitir a substituição dos titulares sempre que necessário. O representante do  
1601 MMA, Senhor Roberto Vizentin, informou que havia predisposição do MDS de aportar mais  
1602 recursos para a Carteira Indígena, sendo necessário ação complementar de capacitação. A  
1603 Conselheira Zilda Arns informou coordenar a Comissão Intersetorial de Saúde Indígena e  
1604 manifestou apoio à proposta apresentada pelo Observador Flávio Valente de que cada região  
1605 tenha um representante indígena, pois assim haveria uma maior participação desse grupo. O  
1606 Presidente **Francisco Menezes** apresentou duas propostas de encaminhamento: que se  
1607 respondesse de imediato informando sobre o recebimento da proposta de participação das novas  
1608 lideranças, o que seria definido na Plenária de Fevereiro; e que encaminhasse ofício reiterando  
1609 solicitação de recursos adicionais para a Carteira Indígena; ambas as propostas foram aprovadas  
1610 por unanimidade pelos conselheiros. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro Pedro  
1611 Makumbundu Kitoko, que registrou que diferentes jornais dedicaram quase meia página cada uma  
1612 para a cobertura da imprensa sobre a participação do Presidente Lula na reunião do Consea,  
1613 enfatizando apenas o constrangimento do Presidente diante do pronunciamento da Conselheira  
1614 Maria Emília, considerando que a imprensa procurava valorizar o que havia de negativo e de forma  
1615 descaracterizada; em função disso, propôs que o CONSEA divulgasse um comunicado à imprensa

1616 reproduzindo toda a avaliação apresentada, incluindo os avanços. O Presidente **Francisco**  
1617 **Menezes** afirmou não haver objeções à proposta e que isso seria encaminhado de imediato. O  
1618 Conselheiro Suplente Adriano dos Santos Martins pronunciou-se com relação fato de ter sido  
1619 questionado quanto à continuidade da sua participação do Conselho, tendo em vista a greve de  
1620 fome do Bispo D. Luiz Cappio, a qual apoiou diretamente, e o debate sobre o projeto de  
1621 transposição do Rio São Francisco; afirmou fazer parte da história de vida de vários dos presentes  
1622 os conflitos com governos federal, estadual e municipal, mas nem por isso se prescinde de  
1623 políticas públicas, achando fundamental ocupar os espaços nos quais é possível qualificar as  
1624 políticas, como tem sido o CONSEA, e que essa políticas não servem a um único Governo. Em  
1625 função disso, afirmou estar participando do CONSEA com a mesma disposição com que esteve em  
1626 Cabrobó por ocasião da greve de fome e que continuava na luta, juntamente com o CONSEA,  
1627 como contribuição para qualificar a democracia participativa e as políticas públicas. Para o  
1628 encerramento da Plenária, o Senhor João Fassarela afirmou ter participado por determinação do  
1629 Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretário do Conselho, e que sua  
1630 presença significava que o debate das questões ali colocadas não ficaria restrito às secretarias  
1631 específicas, mas seria levado à alta direção do Ministério, que iria incorporar as discussões e  
1632 aprimorar a interlocução com os representantes da sociedade civil e dos movimento sociais  
1633 presentes no CONSEA. O Presidente **Francisco Menezes** deixou registrado o sentimento  
1634 gratificante em relação ao trabalho que foi realizado no Conselho em 2005, pelo qual o Conselho  
1635 deu sua contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional; reconheceu que foram cometidos  
1636 erros, mas que se sentia irmanado com todos pelo que conseguiram construir dentro do Consea.  
1637 Agradeceu a todos os companheiros e companheiras da sociedade civil e do governo pela  
1638 disposição de contribuição que tiveram na construção dos resultados já obtidos e dos que ainda  
1639 são aspiração, desejando os melhores votos de boas festas para todos e bem descanso. Sem mais,  
1640 deu por encerrada a XIV Reunião do CONSEA às dezessete horas e trinta minutos. Lavrou-se a  
1641 presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Francisco  
1642 Menezes, e pelo Secretário, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome,  
1643 Patrus Ananias, e rubricada pelos demais Conselheiros, para que se produza o seu efeito legal.

1644

1645

1646